

Pronunciar o chão (2018 – 2021)

Textos através do futebol

Vítor Ribeiro-Santos

*[Para Waldir Pereira,
Miraildes Maciel Mota
e Moacir Barbosa Nascimento]*

I. Escrever com os pés

1. O futebol a ser escrito
2. O narrador

II. Poéticas do futebol

3. Topologias do jogo
4. Imagens, imagens
5. Ainda a lei
6. Ingenuidade
7. Núcleos vazios
8. Diante do outro, em nome de si

III. O corpo, o algo, o nada

9. Todo futebol é feminino
10. Afetação
11. Imagens da violência
12. Melancolia de Time
13. Pé

IV. Deus é um gol sem trave

14. Mas se deus é por nós
15. Alianças demoníacas
16. Os deuses do futebol

V. O meu corpo

Os textos deste volume, pela primeira vez pensados como um conjunto, foram escritos entre os anos de 2018 e 2021. Desta forma, faz-se aqui um esforço para que eles, muitas vezes espaçados por anos, lugares e pelo testemunho dos mais diversos fatos, não se tornem nem redundantes nem meramente contraditórios, mas se espraíem como que induzidos por seus movimentos recíprocos. Se o futebol é uma teoria sobre o acontecimento, aqui se está também a jogar.

1. O futebol a ser escrito

Escrever *sobre* futebol é algo tão impossível quanto escrever *sobre* qualquer outra coisa. Isso porque não existe, nem pode vir a existir, alguma forma de coincidência exata entre palavra e objeto: os objetos se relacionam entre si de forma diferente a como as palavras também se relacionam. Mais do que isso: esses dois campos de diferenças encontram-se também mutuamente em diferença. Um texto, portanto, nunca será *sobre* alguma coisa, assim como um objeto não pode ser *sobre* um texto, tampouco é possível acabar com o litígio que a palavra promove com relação ao seu possível real: o que é uma *goleada*, um *golaço*, uma *agressão*, um *vexame*? Os referentes de qualquer palavra nunca estão dados de antemão, mas compõem um jogo que se reinicia todos os dias.

Por isso, longe de qualquer misticismo, note-se que, no fim das contas, todo texto pauta-se exclusivamente em si mesmo, na ordem de suas palavras. Todas as lacunas de suas referências são, assim, invariavelmente preenchidas por algo chamado sentido, por aquilo que desponta do campo do significado ao campo do sensível, neste espaço que chamamos, afinal, de corpo.

Aproximar-se do futebol com palavras é, portanto, (re)inventá-lo: é o mesmo que descrever uma casa em que nunca se esteve: não importa, fora do pacto realista, que o relato não se pareça com um referente *real* - isto é, um objeto que supostamente existe no mundo de maneira objetiva: o que importa não é que o texto produza uma casa, mas a sensação de uma casa, o contexto de uma casa, a ideia de uma casa - ou de um jogo de futebol, no nosso caso - e que induza algo comparável, mas distinto, daquilo que foi inicialmente pensado. Você pode chutar uma bola para frente sem saber aonde ela irá chegar: sua única garantia é que é pouco provável – não se diz aqui impossível – que ela vá para trás. Você pode escrever mirando em um jogo como o futebol: há aí a ideia de que não se sentirá/entenderá algo como *nuvens cobrem o Estado do Arizona*, [provavelmente](#). Mas o jogo deve ser jogado - o texto deve ser escrito - e as certezas por aí param.

Daí a distância que há entre o futebol e a linguagem técnica usada para explicá-lo ou comentá-lo. Todas as piadas com termos como *falso 9*, *pivote*, *box-to-box*, *winger*, *target man*, *jogador de contenção* - além é claro de todas aquelas variantes de números

como 4-1-4-1, 4-2-3-1, 3-4-3 – dizem respeito justamente à impossibilidade de se limitar o fluxo do jogo à sua abstração linguística/ideológica. A escrita tecnocrática do futebol, assim como o palavrório pretensamente engajado de sua crônica esportiva (salvo raras exceções, como Tostão, é claro) peca justamente por aquilo que tem fadado nossa sociedade ao gozo dos engravatados: a crença de que a linguagem é um meio, nunca um fim. Com isso, a pretensa limpeza do vocabulário técnico do futebol, em sua especificidade que se logra gradativamente, tenta mascarar o hiato que há entre o mundo e sua experiência, e entre essa experiência e sua partilha.

É necessário escrever pelo/no/para o futebol sabendo-se que este trajeto nunca terá fim, e que ele precisará se valer de diversas outras formas, áreas, regiões para fazer-se ressoar. A soberania da escrita de Nelson Rodrigues na crônica esportiva é a prova disso: a permanência de seus textos para muito além dos jogos sobre os quais o autor debruçara está justamente em sua capacidade de transformar o jogo em *evento*, isto é, em narrativas, personagens, valores, entidades. [É preciso ficcionalizar o jogo para enunciá-lo](#): e como uma ficção não anula outra ficção, este processo também calha de não ter fim.

A palavra está para o texto como a bola está para o jogo: ninguém dirá que um existe para o outro, nem que se esgotam mutuamente. A palavra está para o jogo como a bola está para o texto: a relação constrói-se em ato, não está dada de antemão. Metáforas, dribles, catimba, analogias: tudo isso preenche a distância impercorível que vai da parte para o todo, do real para a ideia, e vice-versa. O que está em jogo - na escrita e na partida de futebol - são inúmeras tentativas de aproximação entre elementos *infinitamente* distintos. Dois textos podem ser comparados na mesma medida em que dois gols podem ser comparados: como parte de um mesmo esquema geral, como compartilhando algum elemento de saída ou ordem. E apenas. Pois quem dirá que todo gol é o mesmo objeto, posto que se constitui sempre da imagem de uma bola atravessando uma linha? Ninguém que o tenha um dia comemorado.

A vida do sentido e a vida do jogo são experiências corporais, e nisso compartilham a necessidade do movimento em que se colocam em relação objetos distintos (enunciados, jogadores, signos, campeonatos). Quando estas vidas são colocadas lado-a-lado, mais um plano desta dialética está dada: o movimento entre movimentos, em que tem-se infinitas perdas (todo lance é a infinidade de lances não-

feitos, toda palavra é a infinidade de palavras não escolhidas) para infinitos ganhos (todo passe é o princípio inevitável de algo, todo texto gera alguma forma de sentido em quem o lê). Pensar que a linguagem deva *descrever* o jogo ou que deva ser técnica e específica para explicá-lo seria submeter o futebol a uma lógica alheia tanto a ele quanto às palavras. Seria desmentir-se em ato.

Aí estão os termos, enfim, de uma insondável separação/coincidência: futebol é escrever com os pés, escrever é chutar ideias. Que isso se sinta como possível aqui/aí.

2. O narrador

Walter Benjamin no seu ensaio *O Narrador* contou-nos que a arte de narrar, antes da ascensão do romance moderno - mas também então nele incrustada -, diz respeito à cristalização e reformulação de uma espécie de [saber popular difuso](#), esparramado ao longo do tempo e do espaço por meio da vida social. O conto moralizante, o refrão ou o ditado popular são resultantes e portadores de feixes da experiência coletiva, assumida até então como algo potencialmente transmissível e digno de ciência ou de saber: no ditado popular, por exemplo, não interessa a comprovação do que se diz, já que ela está dada como pressuposto do enunciado, pelo simples fato de ainda se dizer.

Por isso, a síntese que a narrativa carrega consigo como encadeamento de ideias e fatos – em seu atravessamento de ideologias, mundos, referentes, calendários – prova que o sentido da experiência está contido no corpo daquele que ouve e daquele que diz, ou seja, realiza-se sempre por meio de um ato de transmissão e pela consciência de se *viver aquilo que se sabe*, quando o ciclo então recomeça. O saber abre espaço no mundo com ajuda do entendimento que se pretende, ele próprio, saber.

O futebol também tem seus narradores, e suas origens parecem ser tão arcaicas e enraizadas no corpo social quanto aqueles que Benjamin descreveu no princípio do século XX, isto é, em um mundo ainda sem futebol. A narração do jogo é oriunda de um esporte cujo ritmo foi criado pelo rádio, mas que, como o ditado popular ou o conto didático, permanece marcando a experiência moderna do futebol a despeito dos milhares de *replays*, câmeras em ângulos diversos, *zooms*, linhas computadorizadas e microfones potentes que se impõem. O narrador é, portanto, um testemunho remanescente de uma época em que a relação entre o jogo e os sentidos era similar àquela que se dava entre vivência e a ideia de comunidade, isto é, baseada na fabulação da palavra, na imaginação, na projeção não amparada na ideia de que uma imagem seria uma resposta definitiva ao que quer que seja discutido ou disputado - como ocorre com os defensores mais ferrenhos do árbitro de vídeo hoje.

Com o advento da imagem ao vivo no futebol, a narração permaneceu no estranho lugar de uma presença que diz o visível - com a televisão, enfim, visível para as massas. Estamos a falar, assim, de um grau de defasagem entre sentidos. Ao mesmo

tempo em que se vê o jogo, tem-se uma voz que se justapõe ao visto, narrativizando, motivando, interpretando, entonando e ritmando o visível. O futebol surge, portanto, com um grau a mais de pessoalidade e historicidade a partir da figura do narrador, uma figura do saber e da cadência: por isso não à toa muitas pessoas preferem ver o jogo na televisão, valendo-se então da narração do rádio: estão em disputa neste tipo de escolha formas diferentes de se viver o mesmo (o mesmo?) acontecimento. O narrador do jogo é a prova de que não se pode transmitir o que quer que seja sem o testemunho de uma experiência - algo que os cortes de câmera e os *drones* parecem querer esconder: o ritmo impresso pela voz é testemunho de um corpo que, como o nosso, *está em algum lugar* diante do que é visto. Mais ainda: é o testemunho de um corpo diante de corpos: não é fortuito que o narrador quase sempre precise estar presente no estádio onde ocorre o evento que quer reportar.

No Brasil – mas também em toda América do Sul e em países como a Itália - a relação entre narração e saber popular parece ainda mais marcante do que em outros lugares. Vendo-se narrações inglesas, por exemplo, nota-se um tipo de comentário sobre o jogo, muito mais do que efetivamente uma narração: as falas simplesmente tentam *constatar* o que houve, como uma tautologia entre o que é dito e o que é visto. Por outro lado, nos países de cultura latina mais forte essa relação assume planos muito mais marcantes em uma defasagem: narrar e comentar o jogo significa [incumbir-se](#) de [motivá-lo](#), significa enunciar saberes sobre o visto, compartilhar o real uma vez mais como potência de um saber, e não como algo óbvio ou já dado. *O futebol é uma caixinha de surpresas, clássico é clássico e vice-versa, pênalti é loteria, quem não faz, toma* são frases que, ao serem evocadas durante uma partida, trazem consigo toda uma historicidade própria do jogo, transformam em tempo real o acontecimento em genealogia, dão testemunho de eventos que já aconteceram e que, de alguma forma, seguem acontecendo na pronúncia destas palavras. Isto é realmente significativo: o narrador latino é francamente benjaminiano, e resiste encravado no mundo desnarrativizado da tecnologia – e o fato de estarmos lidando com países de modernização tardia e problemática como locais em que se vive este tipo de narração não parece algo gratuito nesta história.

Com isso chega-se a uma imagem crucial: quando se veem as sempre aflitivas tomadas de torcedores no estádio com rádios colados ao ouvido vê-se, em verdade, um argumento a nosso favor: o de que as tentativas de nexos sociais ainda subjazem à razão

pretensamente moderna, sendo a palavra ainda incumbida de ser portadora de história, feixe simultâneo ao real. O ímpeto da narrativa é a vontade de pessoalidade e corporalidade do mundo, e nisso nota-se como narradores de futebol precisam de bordões, de [entonações particulares](#), de birras próprias, de especulações sobre seu time do coração para que as pessoas possam amá-los ou odiá-los enquanto o jogo acontece sob o ritmo de sua voz. Apesar, indiferentemente e por causa dela. É desta forma que o saber popular traduz-se em corpo, e vice-versa.

Por isso torna-se um tanto quanto curioso pensar - e aqui encerramos nosso conto - no fato de que quase todos nossos narradores são identificáveis como portadores de vozes masculinas. Sendo a voz o campo que, historicamente, foi legado à mulher como espaço do encantamento, do convencimento e da desrazão - vide musas, sereias, coros, *castrati*, pítias -, o futebol é um espaço raríssimo para a voz masculina como centro. Uma hipótese - para além do campo masculino óbvio que o esporte ainda carrega - pode estar justamente no fato de que a narração do futebol é vista como portadora de uma razão sensível, ou de uma sensibilidade racional: ela está ligada a um campo do saber popular que é historicamente masculinizado em sua enunciação, e cujo conhecimento tem sido atrelado à voz masculina. Nisto notamos os limites de nosso próprio nexos social, é claro, exatamente no instante em que constatamos como ele nos é imprescindível para construirmos eventos a partir de acontecimentos: mas é necessário buscar outras formas de interpretar e ritmar o real, já que nessa busca continuaremos.

O narrador carrega um saber, um saber carrega um povo, um povo carrega seus narradores. Não é fácil visualizar um mundo - ao menos dentro de nossa cultura extremamente corporalizada - em que se quebraria este ciclo - o que não significa simplesmente constatá-lo, como dissemos, mas situá-lo no espaço e no tempo. Narrador e futebol são marcas de uma corporalidade que centralizamos como vínculo do conhecimento e da experiência: por isso cá estamos, a disputar, com nossa voz, uma posição ainda hoje neste entrelugar. A modernidade é apenas um parágrafo daquilo que se prossegue a, das mais diversas formas, contar.

3. Topologias do jogo

Sendo o futebol - como a arquitetura, a dança, a matemática e a poesia - uma [arte do espaço](#), teria ele também direito a uma topologia? Existindo esse texto, a hipótese já se impõe ao menos como tal. No entanto, partimos (eu e você) desta pergunta justamente porque ela implica uma reflexão necessária e urgente sobre a finalidade - ou a não-finalidade - do jogo, haja vista o esforço que temos visto para inseri-lo numa única história ascendente. Buscar uma ontologia é, portanto, pensar na razão e nos termos da própria existência do futebol, que jamais pode ser assumido como um espaço único ou unívoco: o jogo se dá de diferentes maneiras, em diferentes lugares, por diferentes pessoas, em diferentes momentos.

Noutras palavras - e aqui começam os problemas que, como todos, nós simplesmente inventamos (eu e você) - pensar numa topologia do jogo é tentar redefinir o centro das ideias que lançamos a ele: qual deve ser o seu fundo e a sua frente? Qual é, afinal, sua *necessidade*? Onde o futebol derrama seus limites? Voltando mais uma vez: após anos e anos de acanhalamento causado por mesas redondas, análises de arbitragem e declarações de Xavi Hernandez sobre Messi, parece ser urgente pensar no futebol como uma [arte do vazio](#) - um vazio pontuado por gols e subdividido quase aleatoriamente por tempos e partidas - um vazio espalhado pelo espaço que se redefine a partir da presença de algo que não seja, provisoriamente, o vazio.

Nisto, para além do falatório truncado, vive (mais) uma tentativa de afastar o jogo da teleologia, isto é, de tirar o núcleo das discussões de futebol dos resultados e dos atos isolados do tempo-espaço em que se dão/deram/darão. O espaço do jogo não pode ser, portanto, o espaço euclidiano. Justamente porque o tempo do jogo não pode ser o tempo cartesiano. Na prática - portanto, também na teoria - isso significa pensar com Gödel, Pelé, Garrincha e Heisenberg, que o futebol carece de uma ótica em que se assuma que posição, direção, velocidade e tempo sejam variáveis relacionais, incertas e contextuais, que mostrem como o estar-no-mundo - uma forma a mais de dizer *estar-no-campo* - é uma questão de aproximação e tentativa, é uma invenção motivada de contextos: a distância entre *o impossível* e *o necessário* é, no futebol, absolutamente intercambiável.

É preciso, portanto, que algo no jogo seja assumido como inapreensível: isso é uma condição ética, uma maneira de fazer com que o real retorne no jogo, quebrando-se a ideia de que um resultado, por exemplo, seja algo simplesmente explicável. Isso não significa desistir de observar, mas, justamente o oposto disso, nos leva a assumir que a observação precisa de modelos e de limites para se fazer existir, e que o jogo não apenas realiza seus pressupostos, mas dobra-se sempre sobre si mesmo. Tentemos.

O jogo é o toro

Vamos (eu e você) começar nossa análise topológica do jogo a partir, é claro, do próprio jogo.

O futebol, pode-se dizer, é perfeitamente circular: como nunca esgota suas possibilidades (sua palavra de ordem é *se*), o retorno ao começo é inevitável, seja como prova, seja como revanche. E este começo, diferentemente do tênis, do basquete, da natação (etc), impele ao movimento, posto que no futebol é plenamente admitido o empate: mais que isso, este é o estado inicial da partida. Por isso, seu fim é a iminência de um recomeço, e seu começo aponta para um final, em uma retroalimentação incessante.

No futebol de rua este movimento torna-se mais nítido, já que ali o limite do jogo pode ser o tempo, o placar ou a adversidade (carros, chuva, bolas isoladas no mato, mães gritando). É na rua que se mostra a própria ritualidade do futebol, em que é possível iniciar ou interromper indefinidamente o jogo, inclusive abstraindo-se o marcador, trocando-se os jogadores, às vezes mesmo as regras, o campo ou a bola. A margem do jogo não está dada de antemão ao ser encarnada pela figura do árbitro, mas se mostra como limite fortuito de um acontecimento - presságio de outros acontecimentos possíveis.

Por isso, muitas vezes – principalmente quando um time sagra-se campeão – a marca da finitude (da vida, das coisas) corta o corpo deste que aqui escreve na insondável pergunta *quando o futebol acabaria?* O fim de um campeonato traz consigo melancolia dos domingos à noite, da [iminência de um recomeço](#), e é inevitável pensar que os times que existam e os troféus já conquistados estejam fadados a, na finitude do jogo, ser eternos. Mesmo que o jogo dure necessariamente 90 minutos, mesmo que os campeonatos durem 8 ou 7 meses. O Palmeiras ou o Santos terão *para sempre* os títulos

que têm, assim como talvez o Bahia *nunca mais* ganhe absolutamente nada. E o jogo fadado a recomeçar enquanto isso, ao soar de um apito.

O futebol é, portanto, algo circular sem ser um [círculo](#): é uma dobra circular, [um túnel finito a ser percorrido infinitamente](#), um encontro entre a duração circunscrita e a eternidade do recomeço, na voz que, na rua, grita *zerou* a cada nova partida. Assim, a essência das instituições do futebol e do jogo em si parece espriar-se pelo tempo do jogo e, logo, reproduzir-se nele uma vez mais. Deixará um dia o Cruzeiro de ser azul? A Copa do Mundo de 1982 poderá, um dia, não ser de mais ninguém? O pênalti de Baggio, daqui a alguns anos, entrará? (Recomeça mais uma vez o jogo, recomeça o jogo uma vez mais). O que está em jogo é, assim, o próprio significado da palavra acontecimento.

É, portanto, como se temporalidades heterogêneas girassem juntas nesse túnel. Os tempos, os jogos, os campeonatos, as carreiras dos atletas, os times, o futebol. Girando, ao mesmo tempo, em velocidades distintas, [como elétrons afetados pela campo de um núcleo](#). Acumulando-se sem se acumular, sobredeterminando-se sempre em suas causas e consequências. Pois o jogo recomeça, como o espaço não pode ter limites que não sejam provisórios.

Por isso, é preciso que, além de circular e de tridimensional, a forma topológica do futebol seja vazada no meio. Isto é, seja atravessada pelo espaço vazio - pelo tempo não-contado - do qual se cerca e no qual existe. O eterno retorno do jogo está atravessado de diferentes formas por aquilo que *não* é o jogo: isto é, posiciona-se diferentemente com relação àquilo que se constitui ali como borda. Por isso, as análises sociológicas que tentam dizer que o futebol explica o mundo - ou vice-versa - falham miseravelmente: elas negligenciam que a passagem do futebol ao não-futebol é sempre tensa, contextual, distinta.

No amistoso contra a França, uma multidão de argelinos invadiu o gramado forçando o encerramento do jogo. O lateral Serginho do São Caetano morreu em campo após uma parada respiratória. Um atacante da Lazio fez um gesto fascista numa comemoração. Centenas foram pisoteados em um estádio em Sheffield. Os aviões de Torino, Manchester United e Chapecoense caíram. O time do Santos [supostamente parou](#) uma guerra na África. Etc etc etc. Todos os momentos de retorno do recalcado no

futebol - em geral pela tragédia ou pela glória eterna - são a lembrança deste furo na circularidade em que o resto redefine o local do movimento eterno, mas sem cessar sua eternidade. A finitude precisa atravessar o movimento, porque é justamente aí que futebol e contexto se reinventam mutuamente: e entre uma coisa e outra há toda uma borda complexa.

O futebol, chegamos a isso (eu e você) é, topologicamente, um **toro**. Uma forma circular vazada, atravessada por aquilo que ela *não* é: posicionada por si mesma no vazio, nunca negando-o, mas moldando-o assim como sendo moldada por ele. Retomando: estamos (eu e você) diante de um túnel em que se gira em velocidades distintas simultaneamente, em que o retorno é eterno e circunscrito em uma temporalidade finita, em que o espaço está posto mas é vazado por algo que o situa diante de todo o resto das coisas. O jogo é o toro.

(Curiosamente, o medalhista Fields brasileiro Artur Ávila passou grande parte de sua vida dedicando-se a analisar [toros](#). Hoje, o Brasil é o país do toro tanto quanto é o país do futebol. Ou talvez mais.)

A Tabela de Pelé é a Fita de Moebius

A arte brasileira está para a Fita de Moebius como a matemática brasileira está para o toro. Tomie Ohtake e Lygia Clark consagraram a fita como símbolo das artes plásticas brasileiras. João Guimarães Rosa encerrou sua obra maior com o desenho de uma fita. Imagem privilegiada do Brasil - **sobre isso Nuno Ramos já falou o bastante** - a marca banalizada pelas tatuagens de "infinito" é o símbolo de uma complexidade que o espaço-tempo tem inerente a si, e a qualquer observador que pretenda jogar com a consciência de existir no mundo (no campo, portanto).

A **Fita de Moebius** depende de uma dobra ou de um corte para existir. Ela traz, tanto quanto o toro, a ideia de que se percorre um ciclo infinito por meio de sua finitude, vazada (aqui duplamente) pelo vazio. No entanto, diferentemente do toro, a Fita inverte sua orientação a cada recomeço, isto é, transforma o lado de fora no lado de dentro - e vice-versa, obviamente. A cada repetição do ciclo, tem-se uma mudança de sentido, ainda que a estrutura permaneça inalterada. Ela é a mesma para quem a abstrai, mas jamais para quem a experiencia (haverá objeto topológico algum tipo de experiência? O futebol diz que não).

Por isso, me lembro de Pelé.

Pelé foi o melhor jogador de todos os tempos não pelos mais de 1200 gols que fez na carreira - eles são, em verdade, *consequência* de quão bom era Pelé. O que fez o rei do futebol assumir seu trono (seu toro) foi, muito mais, sua capacidade de mover, com sua força e sua imprevisibilidade, as posições pré-estabelecidas no jogo - nos mais diversos níveis em que se concebia isso. Pelé inverteu a catástrofe de 50 no apogeu de 58; ao cabo de quatro copas, Pelé colocou o Brasil em um panteão místico rapidamente transformado em sina; Edson convertia-se em Pelé e depois em Edson; os incontáveis dribles de Pelé faziam com que um corpo sólido se mostrasse subitamente vazado, e então sólido uma vez mais; Pelé era ao mesmo tempo o grau zero da democracia racial e seu ponto de absoluta insustentabilidade. Etc etc etc.

Mas creio que essas passagens de reversão e continuidade possam ser sintetizadas em uma das mais marcantes características do jogo do rei do futebol: a chamada **tabela de Pelé**. Abusando de sua explosão muscular, comumente se viam jogadas em que Pelé jogava a bola contra as pernas de um adversário (ou mesmo do árbitro), recebendo-a de volta em uma posição privilegiada para avançar. O que ocorria, portanto, era a súbita e inesperada passagem do adversário em companheiro, do inimigo em colega, do rival em aliado: algo que durava um único gesto ou eixo, mas que era crucial para que as posições iniciais, ao se confundirem, se reafirmassem. Um adversário só pode ser um adversário porque poderia potencialmente ser um colega de time. O Santos só pode ser o Santos porque poderia em tese ser o Corinthians ou o São Paulo. O que a tabela de Pelé faz, em sua dialética precisa e em sua figura topológica, é lembrar que toda relação de diferença parte de uma relação de igualdade, e vice-versa.

Assim, a Tabela de Pelé lembra um fato imprescindível para o futebol, algo emulado na necessidade de mudança de campo a cada metade do jogo: o espaço é reversível, o jogo se constitui a partir de uma dobra ética no espaço. Isto é, espalhada no tempo. Basta mudar as cores das camisas e então os jogadores se confundirão sobre qual lado defendem ou atacam eles e seus (a princípio) companheiros: as posições não estão dadas como uma natureza pura, elas se constituem no jogo, em ato e por meio de afecções. O que faz a Tabela de Pelé é, portanto, girar nesta estrutura básica do jogo, utilizando-a como possibilidade e como limite: o verso transforma-se no reverso a partir de um ato, e, no instante seguinte, faz-se verso outra vez.

Aí está a grandeza de Pelé: explorar mais do que qualquer um a complexidade topológica do jogo, inserindo-a no ritmo em que gira e repete-se o próprio jogar. É como se, dentro do túnel do toro do futebol, Pelé não se contentasse em girar junto aos demais, mas progredisse sempre em ziguezague, em *loopings*, apoiando-se nas bordas da forma. Pelé foi, em essência, um jogador da topologia: por isso os gols que ele *não* fez são tão ou mais famosos do que aqueles que ele fez: ali parecia sempre inaugurar-se uma possibilidade do espaço-tempo até então não pensada. Maior grandeza é perceber que, em latência, ela sempre esteve lá, impossível e inevitável - como reverso de todo verso possível.

As pernas de Garrincha são a Garrafa de Klein

Garrincha foi uma dobra na dobra.

Em um mundo que grita *ordem* como o nosso, o desafio topológico das pernas de Garrincha jamais seria aceito. Mesmo naquele mundo, aliás, ele foi um pouco mais do que consentido: apenas tolerado, sobretudo porque conseguiu ser *efetivo* particularmente em 1962 - a despeito (ou por causa) das escapadas da concentração chilena. O resultado deste processo foi o fim de carreira e de vida melancólicos de Garrincha, imersos no resto simbólico de seu jogo que queria ser mais (ou menos) que o próprio jogo.

Em campo, Garrincha ia e voltava. Para voltar e ir outra vez. E então uma vez mais. Diferentemente da lógica básica do drible - e sobretudo do drible de Pelé -, a ginga de Garrincha não parecia ter um objetivo lancinante, nem mesmo aceitar que o gol seria uma necessidade do jogo. Parecia, por vezes, que Garrincha terminava a jogada por mera obrigação ou coerção social. Justamente por algo do qual ele [um dia se fartou](#).

Garrincha voltava e ia. E o fazia exatamente da maneira como, gradativamente, seria previsto que ele o fizesse, e justamente por isso. Nos instantes em que ele assumia seu jogo, parecia promover-se uma espécie de suspensão no movimento da partida, no giro do toro que é o futebol: como se ali, naquele momento, ao rir do escopo da lei, Garrincha estivesse *quase* do lado de fora. Ainda que não pegasse a bola com as mãos, ele tampouco visava o gol; ainda não estivesse fora das quatro linhas, ele tampouco

operava a partir do tempo do cronômetro. Os instantes de ida-e-volta-e-ida eram instantes de *quase-futebol*, ou de *mais-do-que-futebol*.

Por isso, a reversibilidade do espaço-tempo em jogo ali não parecia estar contida em movimento algum: o eterno retorno estava suspenso. Note-se então que estamos (eu e você) diante de uma **dupla fita de Moebius**: o espaço-tempo reversível do jogo estava confrontado com o espaço-tempo reversível do não-jogo, em uma infinita continuidade entre os dois locais/objetos/modos de existência. Na ida-e-volta de Garrincha, o lado de dentro é o lado de fora é o lado de dentro, sem que se possa marcar uma única aresta ou dobra precisa deste contato sem encontro.

Aí está nossa figura topológica derradeira: a Garrafa de Klein, essa quarta dimensão cuja observação traz consigo a necessidade da abstração. Nós vemos (eu e você), com a consciência de que não podemos ver – mas ainda assim vemos algo. Alguém, que não poderia ver, também um dia imaginou. Garrincha, que tampouco o via, o fez. Para além do jogo de Pelé que mudava a orientação do espaço, Garrincha criou o *jogo não-orientável*: a consequência é, justamente, o seu lugar sempre próximo das linhas de fundo e laterais, *quase* fora do gramado. Até enfim sair do campo, dispensando a contingência do gol, indo-e-voltando-e-indo em sua maneira de estar no real (portanto, e sobretudo, estar no campo).

O mundo é um lugar vazio, repleto de coisas

Existindo corpo, existirá uma fenda no mundo - não como uma descontinuidade ou uma oposição. O corpo faz mundo, sendo-o. Isto é, o corpo reatualiza as possibilidades do espaço-tempo por vivê-lo sem síntese, em suas dobras. Sendo o futebol um jogo repleto de *furos*, é ali onde o corpo pode se manifestar plenamente em sua vida no espaço: isto é, em sua possibilidade de vazio. As coisas existem porque elas poderiam não-existir. No futebol, isto se manifesta na impossibilidade de se preencher as ações com qualquer tipo de moral, lição ou narrativa óbvia: o espaço só se manifesta em relação e contexto, sem esquema pré-estabelecido que perdure diante do ato de se tentar observar (aí está a lição de Heisenberg e Pelé).

Por isso, é claro que nós (eu e você) estamos correndo atrás de algo que não se manifestará neste texto. Se a quarta dimensão é a suspensão garrinchiana e provisória *do jogo no jogo*, sua descrição é de fato impossível. Tivemos aqui um esforço em relatar

aquilo que é um metaesquema sobre o mundo, e que o futebol faz dar vazão e transformar em lei - **em um novo tipo de lei**. Não se pode dizê-la simplesmente: deve-se vivê-la enquanto é dita, pois a palavra é uma forma do corpo estar no mundo (e, portanto, no campo).

O logro de pensar uma topologia do jogo está nisso: inseri-lo radicalmente no mundo, em sua matéria maleável e na defasagem que a vivência dá a ela. O futebol não explica o mundo, tampouco o inverso é verdadeiro: as fronteiras entre ambas as formas de existência são fluidas, disformes, difíceis, às vezes meramente pensáveis. Como um jogo nunca basta em si mesmo (sempre virá o próximo), um texto, uma experiência do real, um testemunho tampouco bastam. Giram uma vez mais no toro, em diferentes ritmos. Sem jamais se amontoar, mas existindo enquanto é possível que assumam uma forma, sendo já parte de outras formas em relação.

[Para Diego, amigo não-direcional]

4. Imagens, imagens

Leonardo Bertozzi, Arnaldo Ribeiro, Georges Didi-Huberman e Walter Benjamin sentam-se numa mesa em uma sala de minha cabeça. O assunto, obviamente, é a regulamentação do árbitro de vídeo no futebol brasileiro. Arnaldo Ribeiro é crítico, Bertozzi defende ferrenhamente, Didi-Huberman coça a testa, Benjamin não crê sequer que a discussão seja possível nestes termos. A questão é que há muito que se debater, e os presentes sequer tocam na sopa enquanto o assunto rola tortamente como uma bola mal-dominada.

Bertozzi é enfático: os críticos do VAR soarão no futuro como os críticos do cinto de segurança. Alguém lembra ao jornalista sobre o ocorrido, por exemplo, com Chico Science, e sobre as diferenças nada desprezíveis no símile. Arnaldo Ribeiro toma a palavra e diz que o erro faz parte do jogo como o gol ou o escanteio, e é interpelado por Benjamin, que diz que a corrupção e o falseamento fazem parte das democracias burguesas, o que não faz dela um regime socialmente válido. Arnaldo parece não entender onde o alemão quer chegar com isso, e Didi-Huberman diz que todos estão a tangenciar o problema. O filósofo então se dirige a Bertozzi, dizendo que isto é uma questão de ética e forma, antes de qualquer outra coisa: os dois travam ampla discussão. Só aqui, enfim, este texto começa.

*

Acreditem ou não em minha insuspeição, mas um ocorrido em um jogo do Esporte Clube Bahia me fez olhar para o problema formal criado pelo árbitro de vídeo. Durante a partida de ida contra o At(h)lético Paranaense, pelas quartas de final da Copa Sulamericana, o tricolor baiano teve dois gols estranhamente anulados, que causaram a precoce eliminação da equipe. O segundo, um impedimento milimétrico, não entrará aqui em questão; o primeiro, um lance de pé-alto durante o voleio de Clayton, me parece ser sintomático. Neste último, é absolutamente destacável um aspecto: o de que o árbitro de fato viu a jogada e validou o gol, tendo, no entanto, voltado atrás ao ver a imagem na tela situada à margem do campo.

O momento foi celebrado por comentaristas e considerado como elucidado por apoiadores do aparato tecnológico, a despeito de sua complexidade e do aspecto nada

resolutivo que a imagem possuía qualitativamente para qualquer tipo de juízo. A questão que me restou deste episódio, e que me fez dar um jantar para quatro convidados dentro de minha cabeça, foi, portanto, se poderia a imagem de fato *elucidar* o real, sendo ela, assim, *mais real que o próprio real*, como nos querem convencer.

Porque me questiono em um lance como o de Clayton, no qual não se pode traçar uma linha computadorizada que separe o ilegal do legal - e que mesmo neste tipo de caso desconsideraria a existência de um observador limitado -, se um pé-alto, diante dos olhos e diante da tela, é de fato o *mesmo* evento, o *mesmo* acontecimento. Observar uma imagem em alta resolução não poderia em hipótese alguma significar acessar a realidade despótica das coisas, ao reafirmá-la. E é muito interessante que um ponto como este possa ser óbvio numa discussão sobre cinema, pintura ou fotografia, mas polêmico em uma mesa redonda futebolística. Por isso acho que neste momento Didi-Huberman deixaria Bertozzi sem argumentos, revelando em alguma maneira certo tipo de anti-intelectualismo que reina no mundo do futebol como uma espécie de salvo-conduto para que se possa, em nome do amor ou da vivência, defender nada ou quase tudo.

Toda imagem é sua produção, sua difusão, os locais de sua difusão, seus pressupostos e intenções, sua forma, Benjamin o sabe há muito. Um homem congelado em uma imagem não é o homem visto a olhos-nus. É outro homem. É a câmera, o ângulo, o ir e voltar que reforma completamente a força, a intencionalidade, o instante em que os atores - os jogadores - estão em ação. Que se perceba o que a expressão *lance interpretativo* escamoteia: a impossibilidade de se racionalizar em termos absolutos o que seria ou não uma infração. Com isso, cria-se um vetor que vai do suposto real em direção à subjetividade do árbitro, instrumento transformador da letra fria da lei em ação corretiva (existe, no entanto, algum lance que *não* seja interpretativo?).

Quando se coloca nesta equação a imagem como um elemento de resolução instantânea, tem-se então um duplo falseamento: a do árbitro enquanto sujeito de uma interpretação decisiva e não particular, e a da imagem, portadora de uma verdade incontestável e dada no mundo, pronta a ser vestida como uma roupa confortável. Há assim, na opinião corrente, dois lastros em que a lei do jogo poderia se pautar: o real – *captado* pela imagem – e o subjetivo imparcial – performado pelo árbitro na ausência de

meios que permitiriam que se acessasse o *verdadeiro* real.

A defesa não é, portanto, do erro de julgamento como aspecto constitutivo do jogo - o que, se previsto em suas regras escritas, seria tão absurdo quanto potencialmente revolucionário (Benjamin sorri de canto de boca para Arnaldo Ribeiro). É, bem diferente disso, de um uso das imagens que possa partir de um estatuto preocupado com alguma ética sobre seu solo: que assuma que sua função é unicamente a de propor termos e camadas à interpretação, e não de ser a própria interpretação em si. Algo que é, justamente, o oposto do que está em jogo em quase todos os comentários acerca da arbitragem, em que se julga o absoluto do erro ou do acerto como se estes juízos pairassem no ar, e não em uma posição de observação particular, ou em uma situação dada, ou na letra permissiva de uma lei - e logo se veja como o onipresente enunciado *a regra é clara* não faz o menor sentido, posto que o mundo não o é. O árbitro de vídeo, portanto, dependeria de uma ética da imagem e, simetricamente, de um postulado mínimo sobre o real: uma ética na qual a primeira faça parte do segundo, e o segundo não exista jamais em absoluto, mas se manifeste também por meio da primeira.

Por isso um lance como o de Clayton abre margem para tamanha discussão - que deveria ser mais de princípios do que de resultados: o *perigoso* da expressão *jogo perigoso* é algo essencialmente disputado, e sobre o qual as imagens não parecem esclarecer muita coisa - aplique-se este adjetivo a outros objetos e verá. Um jogo de futebol em que os *lances interpretativos* sejam vistos e revistos por vídeo é um outro esporte bem distinto, que, se baseado na premissa moderna da imagem emancipadora - o duplo de outra tópica da nossa modernidade recente, a do mundo como "construção ininterrupta de imagens falseadas" - será em absoluto um esporte pior, muito mais tecnocrático do que já tem sido. Nem a verdade decisiva, nem a impossibilidade da verdade: a *responsabilidade* da imagem, portanto, naquilo que nela sempre será ponto-de-vista, ponto-cego e ponto-de-luz simultaneamente.

(*Neste momento, os quatro se calaram em minha cabeça; o zagueiro então ajeitou a bola na marca da cal uma vez mais. E, mais uma vez, a bola entrou, eliminando meu time sem que nada eu pudesse fazer*).

5. Ainda a lei

1

Muitos relatos apontam que o primeiro gol de bicicleta da história foi anulado. Isso ocorreu, ao que consta, porque o árbitro da partida, diante daquele gesto antinatural e ainda sem nome, não teve reação senão concluir que aquilo *deveria* ser irregular. A *chilena* não estava prevista, tampouco era proibida: qualquer tipo de decisão seria necessariamente uma *arbitrariedade*, e implicaria coibir ou postular uma nova possibilidade para todo o esporte: mas diante do inominado, o futebol sempre deixou claro que precisa operar no vácuo da lei.

Com o passar dos anos, ficou nítido que havia uma diferença de base entre o futebol e os demais esportes, algo que explica sua popularização irrestrita e que se mostra todos os dias diante da capacidade infinita de se criar modalidades e formas adaptadas para um mesmo objeto, a partir do mesmo conjunto mínimo de regras. *No futebol, a lei é imprevisível*. Isto significa, pois, que é impossível tentar descrever de maneira a esgotar o número de possibilidades que se possam engendrar em campo, já que haverá sempre a absoluta exposição ao acaso que fará com que a lei gire, necessariamente, em falso.

Tome-se como exemplo a regra do toque na mão. Em abstrato, parece ser algo muito simples pensar que, se a bola encosta na área do corpo correspondente ao que se chama de braço, o lance é irregular. Pois bem: eu, que sou - ainda - relativamente jovem, me lembro de ver as interpretações desta regra serem alteradas algumas vezes. Há alguns anos, se comentava sobre a intenção do jogador em levar sua mão à bola: e então o árbitro poderia, a partir de uma leitura corporal, propor uma (absurda) análise psicológica de um jogador. Então, alterou-se a regra para anular todo e qualquer toque de mão, o que se mostrou hediondo diante da possibilidade de se chutar deliberadamente a bola na mão do adversário ou de prejudicar jogadores em posturas naturais. Hoje, consideram-se ainda – ao menos no momento em que esse texto foi escrito – uma série de variáveis como a distância da bola ao jogador, a expansão do corpo, a relevância do toque, a velocidade do chute.

O que se vê é que, em resumo, mesmo a regra primordial do futebol é puramente interpretativa e contextual – e nisto vige, afinal, algo próprio ao ato impossível de legislar.

A história do futebol é a história de como as regras sempre precisaram correr atrás do vácuo deixado pela imprevisibilidade dos gestos. Se é possível recuar de cabeça para o goleiro pegar com as mãos, hoje não é permitido deitar-se para isso (porque alguém o fez). Se um mergulho na área gera um cartão amarelo, isso surge para inibir que os jogadores enganem deliberadamente o árbitro (no entanto, alguns que tropeçam sozinhos acabam sendo punidos por uma interpretação sobre o seu corpo). Se o bandeira tem uma tarefa árdua, a implantação de câmeras fará com que ela seja diferentemente árduo - agora de uma maneira bem mais idiotizada pelos que presenciam esse esforço infinito em *estar certo*.

Existe no futebol, portanto, uma clara argumentação sobre aquilo que nossa vida jurídica parece incessantemente recalcar: a impossibilidade de ser puramente justo. Por isso, é sintomático que todos os esportes que façam sucesso nos Estados Unidos tenham um ostensivo protagonismo dos árbitros, que interrompem o jogo a torto e a direito, observam monitores, fazem gestos histriônicos e usam microfones com impressionante nitidez: está ali um argumento sobre a própria performatividade de um modelo jurídico que enganou Tocqueville a partir da crença - talvez em algum momento ingênua - de que se seria, no fim do dia, justo. Assim, diante das críticas sobre o fato de o futebol - diferentemente do tênis ou do rugby - não ser um *esporte de cavalheiros*, uma primeira resposta seria: sim, de fato, não há aqui um pacto burguês como o do cavalheirismo, posto que o conjunto de regras do futebol mostra a cada momento o seu inabalável cinismo, a sua perpétua incompletude.

Mas a regra não pode ser abstraída, e aí está o ponto mais interessante da coisa. Os jogadores não podem se trucidar indefinidamente - pelo menos após 1974 - ou sair de campo quando bem entenderem, por exemplo. As regras existem ali da mesma maneira como há regras na menor das frases de um falante de um idioma qualquer: mas elas estão constantemente - e literalmente, no caso - em jogo. Deve-se falar, portanto, não de uma ausência de regras ou de um esforço para burlá-las - o que rebaixaria moralmente o futebol aos olhos dos *cavalheiros* - mas de uma proposição sobre o próprio significado do que significa *regrar*.

Diversas práticas alegadamente *antidesportivas* do futebol giram em torno das faltas, e se manifestam em seu léxico imenso. *Cavar a falta, chamar a falta, mergulhar, se jogar, matar o lance*. A falta - a infração máxima, aquela capaz de interromper todo o movimento do jogo - é, tanto quanto o drible, uma arma para se vencer no futebol. Isto significa - e todos o sabem, e todos o fazem - que, para ganhar, é preciso operar sobre a infração a ponto de ela se tornar, em determinados contextos, desejável ou necessária. Tem-se, assim, no futebol um jogo que internalizou a quebra da regra como parte de seu funcionamento, que assumiu a borda do ingovernável como parte do artifício. E que não cessa de fazer esse movimento, forçando então mudanças constantes na enunciação da regra - imagine, por exemplo, o mundo do futebol antes dos cartões ou da linha de impedimento, e de onde surgiu a demanda por isso.

Contra a ilusão da clareza, o futebol é portanto o jogo da ilusão deliberada. Não entender que, na lógica do jogo, o fingimento, a dissimulação e a mentira não carregam nenhum aspecto moralmente condenável é sustentar uma oposição colonial que situou *sem lei, sem rei e sem fé* uma boa parte do mundo. Curiosamente, aquela em que o futebol foi, senão fabricado, inventado.

Nisto situa-se, mais uma vez, a velha discussão sobre como o conceito de *malandragem* se dividiu em condenação a priori ou marca de identidade nacional. De um lado, a crença de que um povo sem algum tipo de regramento estrito seria fadado ao fracasso eterno por meio de sua confusão; do outro, a crença de que qualquer forma de regramento significaria a falência das características de determinado povo, o que na prática levaria a uma condenação da vida social à absoluta aleatoriedade. E no entanto nada disso. Voltando a Oswald - nosso primeiro filósofo-futebolista -, sabemos que *a alegria é a prova dos nove*. Isso significa, aos olhos do futebol, observar como nenhum modelo de regramento que não preveja sua própria dissolução está fadado, necessariamente, ao cinismo: por isso, a iminência do caos - no drible, no fingimento, no absurdo da interpretação - é necessária para que o futebol possa de fato existir como tal.

O dilema do futebol - e nisso Wisnik já versou o bastante - é o dilema de qualquer sociedade ausente dos núcleos de poder da civilização ocidental: operar a

partir de formas de regramento que não sejam pautadas em instituições abstratas ou valores pretensamente universais. O futebol não é um jogo de cavalheiros não por sua ausência de pacto, mas porque seu pacto é, no fim das contas, outro: é o pacto da lei com a existência de seus limites.

3

Por isso, a passagem do futebol brasileiro à era do chamado *profissionalismo* foi tão traumática. Feita à moda militar, essa passagem se deu, no Brasil, a partir da eminência de nomes como Zagallo, Cláudio Coutinho, Parreira, Felipão: nomes que, diante de uma demanda interna por ordem, ofereceram formas disciplinares fundadas em arbítrios próprios, autoritarismo, arroubos - Zagallo toma o lugar de Saldanha e coloca as coisas *no lugar*; Jorge Mendonça aquece por 22 minutos em 1978 aos olhos de Coutinho; Parreira e Felipão não admitem nenhuma participação no maior fracasso da história da maior seleção da história, mesmo tendo, até então, assumido todo o sentido da eventualidade de seu sucesso.

Existiu, portanto, um movimento de modernização conservadora também no futebol brasileiro, que explica como, hoje, o Brasil - também no futebol - permanece como fornecedor de *commodities* e matéria-prima para países centrais no mundo ocidental. Zagallo, Parreira, Coutinho e Felipão surgem para o futebol como nomes responsáveis por internalizar a *voz da lei* diante daquilo que era visto como puramente aleatório e que, por isso, precisava ser domado: o paralelo é portanto com governos militares que, à custa de anos de atraso social, repressão e dívida externa, impuseram uma sociedade que se gabava, ostensivamente, de *estar em ordem* - mesmo que essa ordem não significasse nenhum tipo de mudança estrutural comprometida com algo que não fosse repreender seus antípodas. Zagallo contra Dadá e Romário, Coutinho contra Mendonça, Felipão contra Djalminha e Romário outra vez: a voz da ordem precisa impor-se a qualquer custo, e selecionar seus alvos: aqueles que escolhem não se submeter, não se docilizar.

Pode-se argumentar que, nos nomes dos treinadores elencados, passam todos os títulos que o Brasil já logrou receber em Copas. E isto é a mais pura verdade, assim como os méritos que obviamente vigem ali. Mas o que significa essa constatação? Pensar o futebol a partir do resultado significa, em primeira instância, subtrair tudo

aquilo que ele internaliza como dobra na lei, como iminência de catástrofe: ver o filme a partir do fim. Não é exagero, portanto, afirmar que, para bancar, explicar e justificar os triunfos de uma trajetória de individualidades luminosas e imprevistas, a cultura da *voz da ordem* tenha como negativo a completa exclusão do Brasil no verdadeiro profissionalismo do esporte, um processo que inclui infraestrutura, investimento de longo prazo, formação continuada e porosidade a outras culturas - justamente tudo aquilo que os governos brasileiros insistentemente negaram ao seu povo ao longo dos anos, em nome dessa mesma ordem. Por isso, a cooptação do futebol pelo nacionalismo ufanista se mostra, justamente, como uma maneira de direcionar a potência daquilo que se vê em campo e a inscrição de limites para aquela ética que se espalhou em campo: *o Brasil é o país do futebol* porque nunca quis se assumir a possibilidade de o futebol ser o país do Brasil.

Longe da teleologia dos resultados - que sequer se sustenta de perto, pensando-se na verdadeira trajetória das seleções brasileiras até seus títulos -, o que se tem é um cenário em que se confunde, deliberadamente, a necessidade de um projeto com a necessidade da lei, justamente para que não se instaure projeto nenhum. Uma confusão que desmente, com efeito, a própria história do futebol, a maneira como sua proposição sobre a legalidade redimensiona indefinidamente o que significa estar diante da lei: no futebol nunca se está sob a lei, mas, no sentido oposto, é a lei que está sob o pé dos que a pisam.

4

Os gênios do futebol sempre foram aqueles que mais flertaram com o risco do ostracismo e, não à toa, a história do futebol brasileiro é tão permeada de jogadores de carreira curta, repleta de hipóteses não realizadas, de vícios e violências - de Heleno de Freitas a Dener. Parece que, por mais que o jogo admita e precise do descumprimento da lei, em algum momento ocorre a efetuação do recalcado. Mas, por outro lado, características como a reversibilidade constante (não há turnos de defesa e ataque) e a possibilidade de se ter um jogo coletivo resolvido de forma individual em um ou dois segundos fazem com que o futebol admita e, mais, necessite da existência de indivíduos que neguem o sentido de qualquer discurso ou de qualquer tipo de organização *a priori*, mesmo estando ali inseridos pela necessidade da genialidade - o imperativo da própria exclusão.

Aí está o espaço em que surge alguém como Ronaldinho Gaúcho. Antes de qualquer drible, antes de qualquer noite europeia, talvez o lance que mais resuma a posição que o *bruxo* assumiu no futebol mundial seja bem mais singelo. O jogo é Atlético Mineiro e São Paulo pela Libertadores, já no fim da carreira do jogador. Há uma interrupção, e Ronaldinho dirige-se ao goleiro rival para trocar algumas palavras e, em um mundo pré-coronavírus, dividir uma água. O jogo retorna com Ronaldinho incógnito e desmarcado dentro da área adversária, sem impedimento diante de um lateral. O gol sai com naturalidade. O título inédito sairá da mesma forma, mas com a naturalidade dos milagres.

Alguns anos depois, Ronaldinho está preso no Paraguai diante da alegação de portar documentos falsos, bancados por um grupo de estelionatários locais. Ali, com algumas peladas e churrascos em um presídio, depois com a prisão domiciliar em um hotel, aquele que foi o último postulante ao título de melhor jogador da história passa mais da metade de um ano, inapelavelmente. Até ser posto em liberdade e voltar a fazer comerciais, sem alusão alguma - é claro - ao fato, mas perdendo o posto até então vitalício de embaixador do Barcelona.

O que essa história diz sobre o futebol? Em absoluto, nada. No entanto, como um sintoma, ela parece mostrar que a questão da lei – a guisa de um recalque - precisa sempre retornar ao real daqueles que pretenderam desafiá-la. Como uma lembrança do fato de que o futebol não é uma ilha e nem se presta a nenhum tipo de cooptação por aquilo que não é o futebol: os espaços estão, o tempo todo, sobredeterminados. A ausência de um projeto social e o contraste de maneiras irreconciliáveis de se lidar com a lei retorna a partir da queda vertiginosa das figuras, da fugacidade das carreiras, da falta de fomento a modalidades vistas como menos importantes, da incapacidade de se criar a diferença a partir do esforço social de organização. O futebol não explica o mundo, tampouco o mundo explica o futebol, já o dissemos: a relação entre as duas coisas está justamente no vazio representacional proposto pelo acaso, pelo contraste da glória com a normalidade, pela imprevisibilidade das formas e, por fim, pela inegável diferença recíproca que o jogo propõe ao campo social.

Maradona, Adriano, Garrincha, Fashanu, Escobar, Barbosa, Ananias são pessoas cujas histórias não carregam moral alguma. E isso é uma das coisas mais difíceis de se admitir em um mundo cujas leis são pautadas em porquês simples, determinações

deliberadas, essencialistas, tecnocratas. Não existe nenhuma ligação óbvia entre o lado de dentro e o lado de fora: estamos em uma fita de Moebius, e os lados não cessam de nos driblar.

Final para Pelé, aos 80 anos

Pelé joga a Copa de 66 apenas com a perna esquerda, graças a entradas deliberadas dos portugueses em um mundo sem cartões. Pelé dá uma cotovelada e desacorda um uruguaio em 70. Pelé torna notórios gols *quase* realizados. Pelé beija Mohamed Ali. Pelé pára uma guerra na África, mas ninguém sabe muito bem se isso é verdade. Pelé tem um filho preso por tráfico, mas homenageado pelos Racionais MCs. Pelé é campeão do mundo antes de completar a maioridade. Pelé faz dezenas de gols nos times da marinha, do exército e da aeronáutica. Pelé é recebido pela cúpula militar após ser campeão do mundo. Pelé inventa o futebol nos Estados Unidos e diz *love, love, love*.

É difícil encontrar uma vida com termos mais irreduzíveis que a de Pelé. Talvez por isso seja óbvio que estejamos diante do melhor jogador da história: não só pelos milhares de lances antológicos, mas justamente pelo fato de estar ali aquele que mais mimetizou na vida social as contradições do futebol e, no campo de futebol, as contradições da vida social. A maneira como Pelé se apossou da lei em campo está defletida na maneira como a lei se esforçou para, fora de campo, se apossar de Pelé - *aparentemente* sem nenhum tipo de contestação por parte de Edson. Estando perpetuamente às margens da lei quando em campo - redefinindo mais do que ninguém o alcance do impossível -, Pelé assumiu um papel central fora dele - tendo inclusive o aparente privilégio de tornar-se nome de lei ainda em voga no Brasil.

Talvez aí esteja o resumo do ponto em que nos encontramos diante da dupla visão reducionista que diz que o futebol é *só um esporte* ou daquela outra que diz que *o Brasil é o país do futebol*, e a isso se resume sua vida social: de lado a lado, mais uma vez fica recalcada a discussão sobre a lei, até que ela retorne na forma de catástrofe ou aporia. Não se pode reduzir um termo ao outro, de maneira alguma. Quando Pelé chapela 4, 6 ou 8 jogadores na Vila Javari (todos têm certeza e dizem um número diferente), o que está em jogo não é de que forma a sociedade explicaria a existência assombrosa daquela genialidade, nem mesmo de que maneira aquela genialidade

explicaria, no sentido oposto, as faltas da sociedade que a teria gerado: há um porvir, uma lacuna no possível que, entalhada pelo gesto irrepetível e nunca documentado, mostra-se de forma arrebatadora e impele a algo ainda sem nome, nunca predicado (neste exemplo derradeiro, ao menos, o árbitro teve o bom-senso de não atrapalhar).

6. Ingenuidade

O aclamado *Futebol a Sol e Sombra*, de Eduardo Galeano, nunca me pareceu um livro com o melhor dos percursos críticos. Inicialmente, sua premissa é clara e bem construída, as figuras históricas dos anos 1930, 40 e 50 ganham ar mitológico, e as dos 60, 70 e 80 assumem divertido contorno de polêmica, beleza e disputa. A narrativa política é linear, e seu caráter mais nítido se dá pelo triunfo da Revolução Cubana, cuja vitalidade andar par-e-passo com a realização das Copas do Mundo ao longo dos anos. Mais ao fim, contudo, o livro parece começar a se arrastar sem rumo, talvez por uma pressão de editores ou do próprio autor em completar seu arco narrativo com as novas Copas que vão se sucedendo à publicação inicial da obra - já não havendo mais Revolução ou Guerra Fria para se contextualizar o jogo em uma genealogia binária.

Com isso, *Futebol a Sol e Sombra* torna-se aos poucos um relato amargo, uma espécie de trajeto que vai do encantamento e da ingenuidade para a mercantilização e envilecimento gradativos do jogo. Não há redenção possível: o fim do século XX inauguraria a era do falseamento do futebol, ou mesmo do *pós-futebol* - e qualquer paralelo com uma ideia de pós-história, isto é, do fim da narratividade dos feitos, não parece aqui descabida. Galeano parece partir de uma adulação ao jogo em sua potência política à constatação de que a forma mercantilizada do esporte já não guardaria nenhuma possibilidade revolucionária real: o espelho jogo/sociedade continua vigente, refletindo agora um rosto pútrido e cadavérico de um mundo sem encantamento possível. Por isso, encerramos o livro e concluímos: é isso? Estamos a ler - a constatar - a elegia do futebol, o seu adeus? Seu fascínio estético é uma reminiscência arcaica, como a bola e o gramado ainda são? Ou pior, são o canto da sereia de um esporte que entrega apenas a degradação ética? Gostar de futebol parece ter se tornado, então, para o autor, uma posição política conservadora.



É fácil, e lógico, entender de onde surge o labirinto de Galeano em seu livro. A cultura futebolística do Rio de la Plata é fundada em elementos que, a outros países e contextos, soam, na melhor das hipóteses, obsoletos. [Cultura de bairro](#) - como se nota pela desproporção entre os tamanhos de Buenos Aires e Montevideo e seu número de times de futebol, inclusive em relação a São Paulo -, coletivização, apego à história e à seleção nacional: tem-se aí um solo de fundamentos invejáveis, mesmo aos brasileiros, da vida futebolística erguida ao sul. As aventuras míticas do futebol sulamericano se deram nessa base, e a impuseram em seus termos ao mundo, seja nas Copas e Olimpíadas do Uruguai, na seleção de 1940 da Argentina, no enfileiramento de títulos do Independiente, na batalha campal entre [Racing e Celtic](#), na construção dos colossos hoje quixotescos de Nacional e, sobretudo, Peñarol. Essas coisas que, como o telégrafo

ou o gramofone, parecem hoje aos incautos enormes quinquilharias sem destino, depondo contra si mesmas por sua enorme forma material.

Como brasileiro e como baiano, imagino Galeano a observar o surgimento gradual de um futebol sem milonga, sem apego a origem e forma, sem bairro, enfim. A narrativa do supermercado de Boedo, ponto alto do livro do uruguaio, é uma grande celebração - ainda na fase "encantada" da obra - da determinação que a origem deveria impor ao jogo. Sintomaticamente, nosso escritor morre antes que o San Lorenzo tenha [conseguido retornar a seu bairro](#), reconquistando o terreno espoliado pelo enorme supermercado - nos dois sentidos da palavra.

Está claro, assim, que o dilema do desencanto de Galeano é muito similar ao paradoxo brasileiro do jogo bonito, do arcaísmo de Garrincha, da derrota em 1982: o não-lugar do jogo inventivo diante de sua racionalização e otimização pelo mercado. Esse dilema - que é também o do Cinema Novo, o da [Tropicália](#), o da Semana de 22... - é o da dobra em que se poderia construir algum tipo de civilização feliz, que respondesse, em seus termos, às civilizações desalmadas e frias do norte, em sua cortante funcionalidade. No futebol, essas civilizações do norte - como o próprio Galeano aponta junto a Wisnik, por aqui - transformaram o futebol em *commodity*, em relação *trabalho x tempo*, muscularizando e taticalizando o que se dá dentro do campo. Neste sentido, não seria exagero dizer que fomos recolonizados, que nossa ingenuidade foi dilapidada uma vez mais na história.



Mas talvez estejamos em uma falsa alternativa infernal: não uma encruzilhada - suspensão da oposição em prol da relação -, mas um dilema - em que os lados tentam subtrair-se um ao outro. O problema de imaginar que o futebol tenha sido corrompido passa por dois principais pontos de contestação principais: o primeiro seria assumir que o lado de fora do jogo tenha suprimido completamente o lado de dentro, privando de qualquer legitimidade a experiência estética de ver, jogar e viver o futebol; o segundo, seria acreditar que o futebol tenha sido, em algum momento da história, propriamente incorruptível, ingênuo, puro.

Sobre o primeiro ponto, muito se falou nestes textos até agora. Em suma, parece um tanto absurdo imaginar que qualquer elemento econômico ou político tenha a capacidade de suprimir a materialidade radical do jogo de bola: justamente, isso passa por se afastar de qualquer definição reducionista de materialismo em que o corpo seria uma abstração necessária para a história como discurso. Para o futebol que vige no agora, troquemos a metafísica pela ontologia e teremos uma textura que, mesmo em negação, não se apaga. É isto que aqui se tem - como os pecadores de Dante que eternamente lutam uns com os outros dentro de um rio - defendido.

Passemos então para o segundo ponto - que é pressuposto do primeiro, é claro. O discurso sobre a ingenuidade corrompida do jogo parece similar àquele que via/vê nas sociedades "arcaicas" alguma forma de pureza a ser retomada. Evidentemente, esses discursos tendem a originar formas de nacionalismo ou conservadorismo que em nada são ingênuas. Note-se, por exemplo, que não é dado surpreendente que o futebol competitivo surge - como tudo no século XX - com recorte de raça e classe muito bem estabelecido: a afetividade presente no jogo deve ser, portanto, observada também ao redor deste processo, e depor neste sentido. Pensar nos primórdios do futebol é pensar nos primórdios da complexa relação de violência que o atravessa e se reatualiza naquele entre-espço, encarnada na forma daqueles que jogam, nos nomes que se admitem ali, nas figuras que financiam os locais, uniformes, competições. Nos olhos que ignoram ou observam.

O encantamento puro é apenas a própria distância, ou a própria presença. Mas como imaginar que distância e presença não possam se constituir senão em relação?



O arco crítico que devemos fazer é, portanto, não da ingenuidade à mercantilização, ou da pureza ao mito perdido. Suprimir a complexidade do passado é negar a dialética ao presente: nisto se nega tanto a violência fundante ao jogo, quanto a potência presente do corpo que, por causa e/ou a despeito da financeirização do esporte, se encanta por ele e escolhe moldar a ele seus gestos, sua corporalidade.

Penso, por exemplo, na(s) imagem(ns) que ilustra(m) este texto, em recente edição da página espanhola Nostalgia Futbolera. Aí se vê Lev Yashin, conhecido - inclusive por muitos que jamais o viram jogar - como o [melhor goleiro da história](#), comemorando um gol da União Soviética no Parc des Princes em Paris. Quando do aparecimento da foto, muito se falou sobre o privilégio de se ver em cores o mítico uniforme preto que o fez ser conhecido como Aranha Negra, criado sob o pretexto de iludir a visão dos adversários ao confundir-se com o fundo do estádio - algo que hoje não encontra existência nos carnavalescos uniformes de goleiro. Também muito se falou sobre a estrutura simples do hoje imponente estádio, completamente recaracterizado pelo dinheiro oriundo do Catar, que impõe fluxo e existência ao futebol mundial financeirizado, sediando e mudando o mês histórico da Copa do Mundo de 2022. Nos dois casos, a comparação é - como o título da página que a coloriu alude - nostálgica: o passado só existe como perda e saudade - por isso deve ser apreciado -, e o agora é um tempo falseado e destituído de legitimidade própria.

Mas olhemos então para o todo da foto. Em meio aos numerosos anúncios que denotam - desde o pós-guerra - como a financeirização do futebol é um fenômeno inerente à sua própria profissionalização, encontra-se um especialmente sintomático: justamente sobre Yashin, mostra-se um anúncio da Banania, companhia que até a década passada vendia um tipo de bebida achocolatada em pó que *donne des forces* a quem consumisse seu cacau vindo diretamente dos trópicos - reais e imaginários. A empresa patrocinou oficialmente os Jogos Olímpicos de Paris em 1924 e algumas edições do Tour de France, já mais recentemente, o que demonstra sua força institucional e sua presença no imaginário europeu.



Na foto, além do logo da marca, vê-se claramente a figura do [*Ami Y'a bon*](#). Criado em 1925, o símbolo da marca foi - por décadas a fio - este desenho representando o mais comum dos estereótipos coloniais: o negro sorridente, de olhos, nariz e boca enormes, jeito folgazão e desleixado. Para além disso, nosso *ami* apresenta um chapéu típico das tropas coloniais francesas que atuavam em território africano, particularmente no Senegal e no Marrocos, e que preenchiam todos os dias a comunicação institucional do governo e o imaginário popular sobre aqueles que sujeitos reduzidos a máscaras de si.

Sobre o *Ami Y'a bon* já se falou longamente. Figuras do porte de Leopold Senghor e Franz Fanon, por exemplo, apontaram como foi o símbolo desta marca um das grandes responsáveis por veicular estereótipos raciais na França, fomentando um imaginário colonial que retroalimentava empreitadas coloniais em nome da civilização - a Banania, claro, se valia e atuava nas duas partes deste processo. O estereótipo do negro bom e lascivo dividia palco com o do negro mau e selvagem, ambos patologizando a diferença em prol da reafirmação do mesmo: removendo a história das pessoas e lugares que não tinham o direito de chamar-se com nome algum.

Yashin, o símbolo daquilo que se chamaria de futebol clássico e mítico, é portanto iluminado pelo *Ami Y'a bon*, símbolo do colonialismo que é, ele mesmo, chave para se entender a financeirização também do futebol - algo que a própria imagem

depõe. Os processos se complexificam, se dobram uns sobre os outros. O arco da história - dos povos ou do futebol - não é polarizado, mas dialético em cada um de seus estágios. A imagem é, em si, um testemunho da distância enorme e, ao mesmo tempo, ínfima do presente ao passado: do preto do uniforme ao negro do desenho existe todo um campo de relações, que a imagem não cessa de colocar como absurdas - ideologicamente - e como harmônicas - na própria composição das cores da imagem, e nos símbolos que elas podem vir a representar.



Para pegar a imagem de Galeano, que abre este texto e de onde partimos, *o sol e a sombra* do futebol não são oposições, mas consequências do ponto de vista para o qual se olha para o jogo. Eles se engendram. Pela sombra, induz-se a presença do sol; pelo sol, deduz-se a existência da sombra. A chave para se pensar o futebol como discurso não reducionista da história é, justamente, recompor e não dar por encerrado em nenhum momento o campo de relações e os pontos de partida que estão intrincados em cada instante em que o jogo, enfim, se mostre vivo no fluxo de suas imagens.

7. Núcleos Vazios

Do lado de fora dos sonhos do liberalismo, em que a sociedade seria simplesmente a soma de interesses individuais, todas as relações humanas são o resultado de forças em relação. Dialética de dialéticas, o *campo* social precisa ser entendido como uma disputa constante por significantes que ocupem, provisoriamente, um núcleo vazio: o poder é *absolutamente nada em si* - pelo menos, desde que (boa parte de nós) deixamos de crer que nossos líderes tinham algo de divino em seus corpos. As posições centrais do *realizar* são ocupadas por demandas particulares, disputadas por grupos heterogêneos e em ciclos intermitentes. Pensemos no que quer dizer a palavra *família* ou a palavra *segurança* para determinados indivíduos e em determinados momentos, e aí nos (des)entendemos de cara.

O poder demanda um jogo. E, longe do sentido que um filme ruim de Padilha poderia dar a isso - como se existisse alguém que finge fazer a verdadeira política para *apenas* jogar -, é necessário que qualquer forma de poder seja *levada a sério como jogo*: deve ser, portanto, jogada, isto é, colocada sempre em relação e situação a determinados acontecimentos. Um incidente particular, como um assassinato covarde ou um insulto público, pode mover toda uma roda de significantes e discursos, mudando ou reafirmando posições, fazendo com que o jogo se reinicie – ou prossiga.

Está claro aonde se quer chegar aqui: o jogo político e o jogo futebolístico são estruturas que podem ser comparadas na maneira como o poder é obtido, performado e perdido. Os movimentos do jogo de bola - e suas estruturas de formação e deformação, de potência e de derrota - mostram e dizem muito sobre como todos os enunciados sobre o fim da experiência política são absurdos: são, eles mesmos, partes integrantes de um amplo jogo que pretendem negar. Ficar parado em campo já é jogar - jogar mal, é claro.

Por isso, o esforço deste texto será trazer - como analogia mas também como topologia - três situações em que o jogo de futebol espraia movimentos de contestação e de legitimidade. Com isso, a tentativa será, no fim das contas, de redimir o peso da palavra *jogo*, tão surrada ao ser compreendida como simulacro, encenação ou banalidade. Diga a um torcedor que seu time é apenas parte de um jogo e você terá uma resposta contundente sobre a dimensão do ato de jogar, em uma quadra de bairro ou na

ampla vida social - e este texto só existe, afinal, porque propõe também parte de uma disputa.

O tricampeonato, ou os termos impossíveis para uma democracia ideal

Se é possível falar de uma escola brasileira de se jogar bola, ela foi caracterizada pelos elencos do tri e levada ao grau zero pela seleção de 82. O que o Brasil fez a partir da Copa de 58 foi levar a cabo um encantamento pela bola até então apenas esboçado por outros times vencedores ou de qualidade - inclusive pelo próprio Brasil, que sucumbiu às batalhas violentas propostas por Hungria em 54 e Itália em 38, e pelo jogo pragmático do Uruguai em 50, abdicando da grandeza de seus próprios talentos individuais como Zizinho e Leônidas da Silva, imersos na ânsia de um time que precisava provar a si mesmo como digno (ou menos capaz) de vencer.

Em 58, contudo, o Brasil passou a pautar o que era o futebol: o oxímoro do controle pelo imprevisível. A imagem paradigmática de Didi, o príncipe etíope, a pegar a bola nas redes e caminhar lentamente até o meio de campo, desconsiderando a real possibilidade de o Brasil mais uma vez perder uma final, é o símbolo desta mudança (literal) de postura: ali se nota como retomar a posse da bola, colocá-la sob o braço, significava ter a chance de se fazer algo diferente, insuspeitado. Só com a bola era possível provar a si mesmo, exercer sua [soberania sobre o campo](#) ao tentar testar seus caminhos.

E então o Brasil foi soberano tanto quanto pôde ter a bola próximo a si. 58, 62 e 70 - permeados pela retumbante exceção de 66 (com Pelé lesionado e uma enorme entressafra de jogadores) e margeados pela inversão de papéis dolorosa de 74 (com uma Holanda que queria, mais do que aquele Brasil, ter a bola) - foram Copas em que a seleção brasileira, por meio de dribles, de inversões de jogo, de um controle absoluto do ritmo da partida, pôde existir como argumento sobre a relação entre ter a bola e ter o jogo, isto é, sobre estar no centro e poder ser o poder. O Brasil repartia a justiça a partir de gestos justos: vencia porque tinha que vencer, ou melhor, porque parecia não ter como não vencer.

Mas, encravadas em um país que a olhos vistos se desmontava, aquelas seleções eram também um argumento contra seu próprio modelo de poder. Em campo, o sonho de uma democracia ideal (alguns diriam *racial*, sobretudo a partir da figura de Pelé)

fazia-se ver em times que pareciam dizer o óbvio: basta estar no campo para estar no jogo, basta ter a bola para se fazer o gol: a bola é núcleo do poder. Nisso entende-se como a esquerda brasileira, oposta ideologicamente ao envolvimento do [nacionalismo reacionário na seleção](#), pôde entrar de cabeça e assumir a contradição viva daquele time: ele era a encarnação de um projeto político-estético que a ela pertencia, e para o qual daria, literalmente, a vida. Aquele time era uma democracia ideal em movimento, em que o poder emanava naturalmente de seu povo e, como o fluxo que a palavra evoca, derramava-se pelo campo, pelas praças.

Está claro que [a alegria é a prova dos 9](#), como, mais uma vez, Oswald sugeriu. A história do Tri é parte insuperável da trajetória das propostas de civilização vindas do Brasil, sempre arremessadas entre o irreal daquilo que é visto como *mero jogo* ou representação e o mais-que-real que vê o jogo como algo *além* da representação e da política, devendo estar intocado. De lado a lado, perde-se a potência da passagem, das relações: que não seja nem entretenimento, nem estética pura. A derrota da seleção de 82 - a última seleção brasileira que quis ter a bola para poder ter o poder - para o pragmático e opaco time da Itália foi a pá de cal em qualquer leitura apressada que pretendesse ver no futebol brasileiro uma espécie de natureza de sua sociedade, como se um dia ela estivesse *fadada a vencer* tanto quanto suas seleções: nem mesmo em campo isso pôde ocorrer, justamente porque a bola não era, ao cabo, o significante definitivo do triunfo.

O modelo civilizacional do futebol brasileiro deve ser visto então como aquilo que era: *jogo*, isto é, a mais complexa lógica de estruturação da vida, em seus movimentos contínuos e heterogêneos. E se aqueles times pareceram dar vida a uma democracia ideal em campo, deram também a prova de que - ao cabo dos anos e empilhadas as derrotas - eram na verdade apenas um modelo particular de poder, configurado em um momento histórico irrepetível. Justamente por isso, tanto a vida social quanto a vida do futebol nunca mais se esforçariam para comprovar o agora ingênuo argumento dos elencos do Tri: a justiça não seria mais vista como uma consequência *natural* do que quer que fosse, sobretudo por aqueles que, claro, desejassem - como Sócrates, estrela de 82 - alguma forma verdadeira de justiça.

Ter o campo, ou a democracia pelo consenso

As grandes discussões táticas sobre futebol neste século se concentraram ou passaram sobre a questão da posse de bola. Escanteio curto, dar/não dar chutão, jogar com linhas avançadas, retomar rapidamente a bola por meio de pressão. Gradativamente, a partir da organização tática das equipes - sintetizada pelo mote *não existe mais bobo no futebol* - emergiu o consenso de que ter a *posse de bola* sob controle significaria ter o jogo nas mãos.

Note-se que ter a posse de bola não significa ter a bola. *Ter a bola*, como faziam Didi ou Garrincha, era pautar o jogo a partir do ritmo dos gestos, do pensar traduzido em jogo - induzir o adversário ao [ritmo do pesadelo](#), como fazia Ademir da Guia. Ter a *posse da bola*, por outro lado, significa muito mais tomar posse do campo: é fazer a bola circular livremente por todos os espaços em que se possa ter um jogador que defenda o mesmo time que você, enlaçar o adversário a partir da ocupação dos espaços que o circundam. No jogo da posse de bola, o que importa é a tentativa de atrelar o tempo ao espaço, colocar uma coisa como consequência imediata da outra.

O surgimento de Guardiola como pai de um modelo paradigmático de jogo – disso se falará em outro texto - foi o momento em que a discussão sobre a posse de bola deixou de existir para virar verdade protocolar, a ser repetida por aqueles que não praticariam em hipótese alguma - por motivos que iriam da falta de preparação física às condições ruins de gramado - aquele jogo. O apogeu da estagnação na discussão foi Santos x Barcelona, pelo Mundial de Clubes de 2011, em que se viu um time campeão da América e com o melhor jogador jovem do mundo ser trucidado por um time que trocava passes para passar o tempo (pelo espaço) de maneira confortável, tomando o campo para si. Numa comparação justa, aquele jogo foi o próprio Consenso de Washington do futebol, o instante em que todas as discussões sobre o jogo se tornaram, para alguns, a constatação de que aquele modelo de jogo seria simplesmente *inevitável*, bastando as nações ao sul tratarem de copiar a receita se quisessem entrar novamente no trem da história.

Talvez o que tenha levado aquele Barcelona a provocar tamanho consenso em analistas deslumbrados tenha sido o fato que seu modelo de jogo era, em si, *o do próprio consenso*. Ao aproximar as linhas, propor tabelas curtas, tentar limitar o espaço

para o acaso e para os interditos, o jogo da posse de bola de Guardiola parecia propor os termos de um controle inevitável do jogo por aquele que melhor soubesse ocupar seu tempo/espço. Aquele time era uma equipe sem gestos nítidos, sem erros crassos, sem direito ao gol feio ou ao chute desesperado: era o jogo da tecnocracia, da otimização dos movimentos, da especialização, da divisão de tarefas. Um jogo que se pretendia sem resto, portanto.

O jogo da posse bola deu vazão e forma aos sonhos ilustrados de sociedades de consenso, em que a divisão dos espaços e a busca pela propriedade (em todos os sentidos do termo) pautariam o caminho da democracia - por isso *representativa*, em que cada qual conseguisse no campo político aquilo que lhe *pertenceria*, como um carro ou um nome, por direito. Sem embates físicos, sem margem para qualquer forma de brutalidade, os times de Guardiola e seus discípulos foram (e ainda têm sido) a emulação de um modelo em que o poder poderia que se dar sem sustos, sem conflitos, isto é, a partir da crença de que não existiria núcleo nenhum para o poder, posto que o próprio poder em si não existiria: cada qual comporia a vida social partir de si, no instante em que assumiria a posição daquilo que lhe é próprio.

O consenso do consenso permanece como discurso, mas, assim como o modelo do Tri brasileiro, mostrou-se gradativamente finito. Neste discurso, cuja base está assentada justamente na crença de que a influência do corpo sobre o jogo seria acessória, esta é uma dupla derrota. A soberania absoluta de Guardiola faz parte do passado como a soberania do liberalismo de Thatcher - [que odiava futebol](#) - também faz. Ainda que muitos continuem insistindo na atualidade irreversível de um modelo de jogo que quer justamente suprimir o jogo. Ao jogá-lo.

O jogo de transição, ou a sociedade contra o Estado

A crença de que o jogo da posse de bola seria a *única* expressão propriamente moderna do esporte ainda gera, no campo político advindo do futebol, um grande número de movimentações discursivas. De lado a lado, apesar dos avisos dos analistas que tentavam convencer o mundo de que o jogo de futebol tinha chegado à sua fase de apogeu, diversos times, técnicos e jogadores tiveram que repensar sua visão de jogo a partir das ideias de soberania criadas pela hegemonia da posse de bola. O jogo de transição foi o grande resultado dessa busca por uma resposta, isto é, uma tentativa de

reocupar o núcleo do poder dentro do jogo - em verdade, em provar que esse núcleo seguia ainda vazio.

Pode-se caracterizar o jogo de transição por um esforço em dar a bola ao adversário, o que de saída já deixa claro como essa visão do futebol desloca a bola do núcleo do poder. Em seguida, deve-se observar que o jogo de transição funciona melhor justamente contra times que *querem* deter a posse de bola. Portanto, temos aí uma formação responsiva às dinâmicas das formas hegemônicas de se jogar: a disputa por um esquema de poder está dada no instante em que aquilo que normalmente é visto como obstáculo torna-se algo desejável, fonte de oposição.

Ao entregar a bola para o adversário, treinadores como Mourinho e Simeone pretendem justamente que os Guardiolas façam o seu jogo, tenham a bola e se imaginem exercendo plenamente o poder em seus termos imaginados: imaginem-se pautando onde está seu núcleo. Essa é a deixa para que o jogo de transição consiga retomar a bola por instantes e, numa fulguração simples e horizontal, buscar a meta, desmentir a posse de bola com o resultado obtido sem qualquer pretensão de se fazer uma moralização do jogo. Não à toa, técnicos do jogo de posse constantemente acusam técnicos da transição em serem *antifutebol* ou em *travar o jogo*: para quem pensa que propõe a única maneira possível de se jogar futebol, talvez isso faça algum sentido. Mas a prova oferecida pelo jogo de transição é de que o futebol não tem fim, porque a história não tem fim: a graça do futebol - por isso sempre tão próximo da vida social - é a possibilidade de se vencer de formas antagônicas em seus métodos, com valores atualizados em novos contextos.

Desta forma, o jogo de transição aproxima-se, estruturalmente, daquilo que Pierre Clastres chamou de sociedades contra o Estado. Descrevendo determinados grupos indígenas, Clastres observou como era possível que grupos sociais esvaziassem simbolicamente o núcleo do poder a ponto de viverem constante e necessariamente *contra* ele: mantém-se um líder que, literalmente, [fala sozinho](#), para que um lastro social mínimo seja obtido, e então viva-se em paz ao seu redor. O pretenso núcleo do poder, neste esquema, está entregue ao outro como contraponto à liberdade de formas da vida social, que se choca contra esta figura. Note-se que se está, aqui, muito distante do sonho liberal de reduzir o governo a uma função moderadora: as sociedades contra o Estado são um amplo pacto social pela proliferação das formas de vida, sendo portanto

pensadas para muito além do indivíduo (em sociedades em que o indivíduo sequer existe como conceito).

Ora, o jogo de transição passa justamente por isso. O que fez Mourinho em 2012 foi justamente deixar que Guardiola falasse sozinho, em toda sua eloquência e ponderação, sobre quão superior era seu futebol, para então tornar-se campeão europeu por sobre o treinador catalão. Foi a primeira contrarresposta ampla ao jogo da posse de bola. Aquele time do Chelsea, repleto de jogadores medianos, deixou que o Barcelona do indefectível Messi jogasse, ocupasse espaços, passasse o tempo que quisesse com a bola: a ponto de o jogo acabar. Em uma argumentação contundente, Mourinho fez com que Guardiola reaprendesse que o núcleo do poder é um lugar vazio, e que a ilusão de ocupá-lo não seria garantidora de nenhum tipo de resultado: é possível estar no trono sem que isso signifique, em determinado contexto social, nada além do fato de que se está no trono.

8. Diante do outro, em nome de si

*

Torcer pelo time que seria, em tese, o mais fraco parece ser uma tendência histórica do brasileiro. Daí se origina a quase ofensiva simpatia que grande parte dos amantes de futebol tem com Portuguesa ou Botafogo, daí se observam episódios o *olé* com o Taiti na Copa das Confederações de 2013 ou o certo apreço que os sudestinos guardam a determinados clubes do Nordeste. Mas, para além de juízos morais mais evidentes e reducionistas, parece muito estranho que uma sociedade que - historicamente - tenha sempre torcido pelos mais fortes (e basta ver como o mito da meritocracia é substancialmente enraizado nas classes baixas e médias) guarde um espaço particular para incorporar o nome do mais fraco ao seu. Como é possível que a sociedade do punitivismo mais tacanho e midiático seja também aquela da empatia imediata àquele que se identifica como inferior?

A questão é espinhosa, em primeiro lugar, porque parece ser antinatural. Onde estaria o problema em apresentar um comportamento cuja única intenção parece ser compensar alguma forma de desigualdade? De fato, não haveria problema algum se os termos da questão fossem reduzidos a isso – e vejamos por exemplo como a justiça restaurativa tem penado para estabelecer-se como campo de atuação. Por isso, o problema é, antes de tudo, de princípios: justamente se estamos diante de um discurso engajado ou meramente cínico nesta pretensa compensação.

Volto às imagens do Taiti sendo humilhado um ano antes da Copa do Mundo do Brasil. A torcida aplaude, a torcida vibra, a torcida vaia os adversários, a torcida - diante do placar previsivelmente desfavorável - age como se a seleção da Oceania estivesse a golear. Os jogadores aprovam a maneira como a torcida brasileira os adota, os jogadores sorriem para as fotografias, e agradecem. O jogo finda, a seleção europeia vence como sempre, as coisas terminam em seu devido lugar. Qual é, então, a moral em jogo neste episódio? Qual estrutura terá sido de fato movida em nome do mais fraco?

A ideia que quero defender é que, muito antes de simpatia, a defesa do mais fraco parece ser - muitas das vezes, frise-se – a reiteração da posição de si próprio como mais forte, como digno de adotar alguém que lhe pareça inferior. Existe, portanto, um

instante de reconhecimento (que, na verdade, é construção) da fraqueza do fraco, isto é, o instante em que uma pessoa ou grupo de pessoas, notando-se superior(es) a outra pessoa ou outro grupo, pode ter dó ou piedade para, então, forjar algum tipo de engajamento. Algo que está na chave de grande parte da moralidade da filantropia ou da caridade.

Torcer pelo mais fraco para afirmar-se como mais forte significa não considerá-lo digno de efetiva comparação consigo. Observe-se, por exemplo, como este tipo de comportamento está ligado a variáveis como: o fraco não pode estar em confronto consigo; o fraco não pode demonstrar ter potencial ou a iminência de tornar-se forte; o fraco não pode ter semelhanças com aqueles que você considera fortes, etc etc. Estamos, portanto, diante do discurso do cinismo. É preciso gostar - não amar, apenas gostar - do fraco para poder humilhá-lo, e é preciso que este gostar não ocupe um tempo excessivo

Torcer pelo fraco é, aqui, apenas uma face a mais do horror à fraqueza que nossas sociedades não cansam de - estética ou politicamente - manifestar.

*

Torcer pelo time que, aparentemente, é o mais fraco parece ser uma tendência histórica do brasileiro. Daí se origina a ampla simpatia que grande parte dos amantes de futebol brasileiro teve pela equipe do Leicester ou da Chapecoense, daí se origina a necessidade que - em contextos exteriores ao nacional - sempre se veja uma esmagadora maioria de pessoas torcendo contra o time mais rico, ou pelos jogadores de seu continente. Para além de juízos morais mais evidentes e reducionistas, parece muito estranho que uma sociedade que - historicamente - tenha sempre torcido pelos mais fortes (e basta ver como o mito da meritocracia é substancialmente enraizado nas classes baixas e médias) guarde um espaço particular para incorporar o nome do mais fraco ao seu. Como é possível que a sociedade do punitivismo mais tacanho e midiático seja também aquela da empatia imediata ao inferior?

A questão é espinhosa, em primeiro lugar, porque parece ser antinatural. Onde estaria o problema em apresentar um comportamento cuja única intenção parece ser compensar alguma forma de desigualdade? De fato, não haveria problema algum se os termos da questão fossem reduzidos a isso – e vejamos por exemplo como a justiça

restaurativa tem penado para estabelecer-se como campo de atuação. Por isso, o problema é, antes de tudo, de princípios: justamente se estamos diante de um discurso engajado ou meramente cínico nesta pretensa compensação.

Volto às imagens da comoção causada pela Chapecoense até o instante de um dos maiores anticlímax já vivenciados no esporte. O que se viu ali foi um verdadeiro engajamento em nome do time de ascensão meteórica, jogadores carismáticos e orçamento curto diante de gigantes como San Lorenzo ou Atlético Nacional - ambos recém-campeões sul-americanos. Ao redor do Brasil, milhares sabiam o horário dos jogos ou o nome dos atletas do time catarinense, passando a encarnar aquela luta como parte de sua luta própria - e um tanto mais quando o acaso jogou seus dados e deu-se o que se deu, na velha resposta da história, tão comum por essas bandas: um enfático *não*.

De fato, não podemos chamar, de forma alguma, este discurso de cinismo. O que parece estar, literalmente, em jogo é aqui muito mais uma espécie de pacto entre aqueles que se reconhecem como estando na *parte dos sem parte*: como se a partir do logro daquele que é visto como igual estivesse a semente - ou a possibilidade - do próprio logro de todos os seus pares. Como se no ato de torcer estivesse algum tipo de remota e secreta participação no êxito daquele que em nada te diz respeito diretamente, mas que - como você - está do outro lado de um cerceamento.

Por isso, torcer pelo mais fraco para *reafirmar-se também como fraco* significa projetar um cenário em que toda sua classe será considerada digna de nota ou de comparação. Eis a diferença da solidariedade à filantropia que está na gênese do próprio torcer. Torcer é como, em determinadas ontologias, rezar: isto é, como observar a semelhança da substância divina repartida entre todas as coisas, sendo elas assim dignas de intenção e vida.

Observe-se, ao cabo, como diversos times buscam assumir-se como *time do povo*. Como, em verdade, a partir de chacotas sobre a classe social de determinadas torcidas - *gambás, mulambos, presidiários, macacos* - o sentido do insulto foi revertido em identificação. E então torcer para o *time do povo* torna-se torcer para uma sorte melhor para si próprio e para aqueles que possam parecer-se consigo em suas demandas e violências, naquilo que o indivíduo, o grupo e a instituição convergem como ferida aberta e como potência de cicatrizar.

9. Todo futebol é feminino

Diante da imbecilidade reacionária que se manifesta como resposta às crescentes demandas por novas formas e espaços de se viver o futebol, não respondamos nada. Não se pode jogar um esporte cuja regra sempre pertencerá, alegadamente, a um dos lados. Por isso, antes de tentarmos usar termos como *inclusão* e *representatividade* a nosso favor, cabe pensar muito mais em quais sistemas estamos tentando nos incluir ou representar, e [se vale a pena reafirmá-los](#) na tentativa de nossa inserção naquele espaço.

Esta posição, aqui, neste projeto, significa deixar de buscar uma política representativa que tente dar conta da infinidade de formas que existem de se viver o futebol - uma tarefa obviamente inútil ao cabo: significa, em lugar disso, dobrar o jogo topológica, estética e ontologicamente sobre si mesmo, ver no próprio jogo a vida de sua vida, quase sempre coberta pela espuma dos dias das mesas redondas. (E sim, está claro que a primeira saída não é em nada vã: abdicar de jogar o jogo da democracia representativa seria deixá-la falir ainda mais).

Com este tipo de declaração de princípios, queria apenas me adiantar a eventuais críticas que pudessem surgir sobre a necessidade e *utilidade* da discussão que se está aqui a sugerir. [A estética não é o campo minado da política](#) no qual se segrega, cá no futebol, a cada dia, recursos, espaço, oportunidades a dezenas de milhares de corpos rotulados como femininos, unicamente por serem [rotulados como femininos](#). Não: como uma lembrança que emerge do cheiro de uma fruta, a estética existe para lembrar que o mundo vive materialmente também de outras formas, e que estas formas muitas vezes depõem contra o campo das discussões políticas mais óbvias ou objetivas, podendo também motivá-las. Entre a política e a estética há em comum a ética, e por isso muitas vezes tenta-se – proposital ou acidentalmente – sobrepor-se estes campos. É preciso plantar os pomares e conservar as árvores de pé, mas é preciso também lembrar que a experiência de uma fruta é o que nos faz ter certeza de que este esforço vale, ao cabo ou a princípio, a pena – fim da metáfora.

*

A história do futebol não é a história da virilidade: no jogo, a virilidade sempre pôde muito pouco. Iniciado como irmão gêmeo do rúgbi, o futebol quis ser outra coisa, dispensar as fórmulas de cavalheiros, o contato corporal incessante, a necessidade de

exibição de corpos pré-formados unicamente para aquela finalidade. Quanto menos provável o corpo, mais ele obriga o jogo a ser (re)pensado. Que fariam um Garrincha, em suas pernas impossíveis, ou um Romário, em seu 1,67m, no esporte hoje intitulado de *alto rendimento*? Estariam fadados ao mundo do resto, é claro, do *baixo rendimento*. No futebol, no entanto, consagraram-se ao longo dos anos jogadores fisicamente tão distintos como Maradona, Didi, Formina, Manga, Jorge Campos, Sissi e não há modelo algum que explique esta vida das formas de ser no campo. (Inclusive, torna-se significativo notar como a polarização Messi - Cristiano Ronaldo é, hoje, também uma polarização estética, de projetos de corpo e gestualidade praticamente opostos, unidos apenas por algum tipo de ética do trabalho aplicada ao jogo.)

O futebol traz consigo, portanto, este paradoxo: consagrou-se como uma base do campo social moderno ocidental - portanto, masculino - ao mesmo tempo em que não cessou de trazer consigo formas corporais e gestuais que provocam um dissenso no seio desta ordem. A ideologia é forte a ponto de ter conseguido esconder, anos e anos a fio, no corpo de seus reis, a própria imagem do corpo de seus reis. Note-se então como a [Inglaterra, ao se atrelar à tradição de um futebol rural, arcaico e violento](#) tornou-se, a despeito de ter simplesmente *inventado* o esporte, um território à margem do futebol, pelo menos até promulgação da lei Bosman e à entrada em massa de imigrantes no país. Tendo uma seleção pouco vitoriosa até os dias de hoje, a Inglaterra parece pagar ainda o preço pela escolha por honrar uma linhagem masculinizada - portanto, "física" e combativa - do jogo, que fez com que os ingleses, quando não se agrediam nos arredores dos estádios, acabassem aplaudindo jogadores como Pelé e Eusébio em seus gramados.

Criado como esporte de cavalheiros, mas consagrado gradativamente - desde as primeiras seleções vitoriosas de Uruguai e Argentina dos anos 1920 - como esporte do engano e do erro, o futebol conta a história de uma deriva incessante: a do corpo no espaço. Como já dito por aqui, o fato de se tratar de um esporte não-vetorial, isto é, sem direção pré-determinada, fez com que dinâmicas do corpo fossem reconstruídas como uma forma de burlar a [rigidez da lei](#): Garrincha, claro, é o grau zero disso. A introdução do drible, do caos, do fingimento como parte do jogo - algo que vem, digamos sem medo, como grande contribuição latinoamericana para o mundo - significou também a transformação do futebol em um esporte da não-repetição por excelência - não se dá o

mesmo drible 5 vezes seguidas, não se cobra a mesma jogada ensaiada 8 vezes - nisso contrastando frontalmente com os demais esportes profissionais.

O ideal de corpo olímpico não condiz, portanto, com a realização do corpo no futebol, que em nada reproduz o tipo ariano que reinava na praça do mercado ateniense, ali como tradução e expressão de um ideal de sociedade em equilíbrio. O corpo do futebol é, em verdade, *potencialmente qualquer um*. O gestual do futebol - da postura ética de Sócrates à frieza malandra de Romário e à explosão lasciva de Maradona - também raramente se repete mesmo entre aqueles que alcançam igual destaque ali. Não há formas prontas, não há moral, não há perfeição: o futebol goza no real: um jogo é sempre mais do que a soma de seus jogadores, mais do que a soma de seus lances: é o encontro daquilo que poderia ter sido com aquilo que não foi, diante daquilo que ocorreu: o futebol é 1 + algo.

Nisso entendemos onde vive o corpo dos jogadores de futebol: no resto do sistema simbólico que tenta monopolizar e direcionar o próprio jogo. Diante das estruturas simbólicas que erguem estádios modernos, criam hierarquias, segregam pessoas, existe um resto: e o resto é o próprio jogo, em sua dinâmica interna, real. Gozando no masculino - na ideia de poder e ordem que permeiam seu mundo -, o futebol goza também no feminino – naquilo que é sem nome fixo, sem ordenação rígida, sem discurso pré-formado, sem local determinado para o corpo. O jogo é linguagem e não-linguagem em sobredeterminação, por isso pode perdurar e se adaptar a contextos, ideias, pessoas incessantemente.

Não é exagerado dizer, assim, que *todo futebol é feminino*. E este paradoxo existir no seio das estruturas mais masculinizadas da sociedade torna um tanto mais interessante esta constatação: todo desejo de ordem produz um resto simbólico, e no futebol este resto está justamente no centro: [nos corpos que não temem por um único segundo o julgamento pelo absurdo](#), pela desrazão ou pela afetação de um movimento imprevisto, de uma quebra de ritmo, de um meneio malicioso. A contrapartida de não se assumir esta verdade do corpo no jogo parece ser, justamente, o enrijecimento das estruturas simbólicas em que os sujeitos se inserem, para que se excluam justamente os modos-de-ser e as corporalidades tidos como desviantes naquilo que cerca o futebol: o corpo se manterá, então, como um segredo escondido no centro do campo, no real.

O medo da presença do feminino no jogo é o medo de que se revele o fato de que, afinal, o jogo não nos pertence, nem como indivíduos, nem como grupo. Revelar o feminino do futebol significaria, para muitos, o risco de abdicar de uma (falsa) posição de controle sobre o real e sobre o possível: para estes, a bola é apenas uma abstração, um empecilho para que duas equipes se destruam mutuamente. Maldosa dialética: é a existência intransponível do feminino que faz com que se tente perdurar por tanto tempo as estruturas (pretensamente) rígidas do que seria masculino, já que a defasagem para o real é aquilo que possibilita que estas estruturas possam sempre se readaptar.

Neste ponto já entendemos que não há um jogo de oposições aqui: nossa constatação é sobre, justamente, o fato de que as estruturas simbólicas são sempre insustentáveis. Por isso, antes de reiterar uma dicotomia que afirme a valia de seus dois lados, um projeto possível é pensar como estamos lidando com termos interdependentes, que existem em/por causa de um momento particular de nossa história, e que podem deixar de existir em outro, tornados inoperantes. Pelé sagrou-se rei - posição absoluta do poder soberano masculino - a partir de seu corpo desviante, insinuante, imprevisível, deslocado da ordem. Já o deslocamento que é proposto pela ideia de que alguém identificado como mulher possa ameaçar esta posição simbólica parece, por outro lado, reiterar o discurso de uma ordem que abstrai [a vida dos corpos](#) - que tenta ou desdenhar deste fato, ou ignorá-lo ruidosamente, como a tapar os ouvidos e gritar em busca do silêncio.

Mas esta ideia, antes de uma aporia, é justamente uma porta de saída. Se é por sempre ter sido feminino que o futebol conseguiu perdurar em sua masculinidade - em seu movimento de ocultação do vazio -, o movimento oposto também vive como latência do mesmo processo: é o feminino que, no fim das contas, faz com que o futebol simplesmente exista: é pelo feminino do corpo que as estruturas falam, é pelo real que se move o mundo simbólico.

Enxergar esta dependência, esta vida feminina do corpo de Marta ou de Pelé, parece ser, sim, uma posição política estratégica para se deixar nítido o absurdo do discurso pré-formado sobre o lugar do jogo, sobre o impossível corpo sem corpo dos jogadores. O futebol já se curvou à América Latina algumas vezes: justamente por observar que, aqui, estava a própria verdade escondida da lei que se imaginava então conhecer à exaustão. Cabe a nós, portanto, lançar luz e mais luz aos paradoxos, ao invés

de reiterar uma oposição com outra oposição: é necessário, num drible de corpo, buscar sempre a contradição da contradição. Somos seres reais: sejamos - como quando jogamos - um pouco honestos conosco.

10. Afetação

A intenção deste texto talvez seja lançar um olhar para um *infamiliar*: algo que, de tão intensa presença, tenha se feito esquecer ao longo dos tempos - e quando reaparece, surge na forma de espanto. Ora, é evidente - e sobretudo óbvio no conjunto destes textos - que o futebol é uma arte do corpo em presença. Será necessário, então, dar alguns passos para além desta constatação: observar que o jogo faz parte de um mundo de afecções que encontram o próprio corpo como campo. Deixemos isso um pouco mais claro.

Do futebol foi feito um terreno social consciente e ostensivamente masculinizado: ele está, portanto, inserido numa lógica de aproximação interpessoal baseada na abstração do corpo em prol de determinado *logos*. Neste processo, funda-se um paradoxo insuportável - e naturalizado ao ponto de tornar-se invisível - em que se pode falar de uma arte do corpo sem citar o corpo - o discurso da honra, o clubismo cego, o tatiquês tecnocrático convergem neste ponto assim como os códigos morais mais rudimentares e seu presumido oposto, o neoliberalismo em seu ódio pelo futebol.

Mas se disséssemos que o futebol tem, justamente por sua vida corporal, um veio inerentemente erótico, o que restaria do discurso mais tacanho sobre uma pretensa função social que o esporte cumpriria?

Começemos então com uma ideia de *erótico*. O conceito em jogo - que aqui funda-se numa absoluta orelhada (a orelha é uma *parte do corpo*) - coloca a experiência física como uma experiência afetiva. Além do sentido corrente do termo - *afetivo* como sentimental -, o que se quer defender é justamente como o corpo é um ponto de afetação, isto é, do eco de outras presenças, outros movimentos. Existe nisso uma lógica própria de racionalidade - do jogo e não só - como a produção de ideias sobre o mundo e sobre o outro/si como resultado de uma sensação ou impressão física. Pensar com a pele.

Neste encontro entre carne e ideia funda-se, logo notamos, a própria psicanálise - exatamente onde se funda também o futebol. Pensar o corpo como matriz de pulsões, que se deslocam a esmo pelo mundo ordenado pela moral da sociedade, é pensar em sua inerente erotização como litoral da experiência - algo que justamente foi e, pasme, ainda é, alvo das críticas conservadoras sobre uma suposta *erotização da infância e perversão*

da vida social: note-se uma vez mais a tentativa de abstrair o corpo das relações interpessoais, separar carne e sentido, enfim. Se o corpo é fonte incessante de pulsões e se o futebol é essencialmente uma relação interpessoal pautada no corpo, como seria possível conceber o futebol sem um espaço do/para o erotismo?

Vejamos (com os olhos, também partes do corpo): grande parte do prazer do futebol pode ser chamado de gozo. [O gol é o gozo](#) - no grito que extrapola a língua, fazendo-se excesso, na comemoração que exige o toque e que promove a aproximação; [o drible é o gozo](#) - na constatação da finitude do alcance em quem toma, e da potência em que faz, e na materialização do corpo como algo transponível e permeável; [o título é o gozo](#) - na revelação de que à completude sucede a incompletude outra vez, posto que a temporada sempre está fadada a recomeçar: ninguém será para sempre campeão de nada.

E é exatamente no ponto em que o futebol mostra-se como gozo que, por anos a fio, surgiu sua estigmatização [como mera alienação](#). O futebol aliena como o corpo aliena: isto é, escapa aos esquemas sociais e à prolixidade possível da língua, ao pavimento feio da ideologia, fazendo-se um *a mais*. É ideológico e mais do que isso. Como a psicologia reformou as metafísicas do pensamento impondo-lhes um corpo (fazendo-as ontologia), assim o futebol fez com a leitura política mais apressada que tentou ligá-lo - por exemplo nos anos 1970 - a determinada ideologia ou campo social que tentava se aproveitar de sua difusão. Mas direcionar o jogo seria como forçar a pele a parar de desejar, ou como forçar os olhos a deixar de ver formas: o futebol é irresumível a esquemas ideológicos justamente como/porque o corpo dali também sempre escapará por meio das pulsões. Uma sociedade que diz *ordem* - e que tenta responder a uma ordem com outro desejo de *ordem* - reprimirá sempre o que lhe parece extrapolar a coerência interna.

Há muito de desejo em deixar-se ver em movimento. Há ainda mais no intuito de se colocar naquela posição, para poder também ver. O excesso do discurso proposto pelo futebol é a posicionalidade que insistimos em procurar, a relação necessária entre o outro e o si mesmo: não há *penso logo existo*, como no racionalismo, mas *me situo logo posso vir a existir*. A perversidade do placar - justamente a perversidade da lei - está em resumir a cenas, a lances importantes, a intenções aquilo que só existe por ser relação, posição, em um mundo sem terceiro excluído. Uma jogada é o resultado da relação

entre corpos que se colocam em posição com relação a outros corpos; um jogo inteiro é ele próprio uma sociedade vista de relance.

E por ser sociedade, seu nexos primeiro - ou último - é a afetação. Por isso, o futebol causa interesse - entre jogador e jogador, público e jogador, público e público - na mesma medida em que produz a vontade de ver, de ouvir, de sentir, de se colocar: a experiência do estádio atrai e é insubstituível por isso, assim como jogar nunca será compensado com pensar no jogo. Que se ouça um jogador falar sobre a diferença entre a partida com ou sem torcida; que se ouça o saudosismo dos velhos estádios, naquilo que há ali de legítimo. Para o futebol, o desejo é princípio, fim e meio: é, como a pulsão para o corpo, amplitude e limite. Todos queremos sentir o jogo, e não apenas compreendê-lo - aqui o futebol também converge com a experiência da arte, sendo, afinal, estética.

Contra a pornografia do jogo, a mercantilização que, à força, quer produzir a ilusão de um conjunto de efeitos sem causa - luzes coloridas, jogos de câmeras em zoom, ritmos quebrados -, e contra o cinismo da masculinização do campo social - já se falou sobre isso por aqui -, a grande resposta está justamente no erotismo do futebol, que mostra como a infinitude da partida se dá em/por suas incontáveis zonas erógenas. Uma frase utilizada em discursos ralos de bravura em campo - *o futebol é um esporte de contato!* - mostra-se, como um *infamiliar*, portadora justamente desta ideia que se está aqui a defender: sim, é um esporte de contato: só jogamos porque sabemos amar.

11. Imagens da Violência

Existe um tipo de atração inexplicável causado por imagens que simbolizariam a violência no futebol. Rodaram pelo continente, por exemplo, no dia em que este texto foi escrito, vídeos com de trocas de tiros que interromperam jogos no Rio de Janeiro e em Las Heras, no interior da Argentina. Além disso, também neste domingo, torcedores de Grêmio e Palmeiras trocaram socos em uma partida cujo auge foi a invasão do campo pelos tricolores, resultando na distópica cena de pessoas dando chutes em uma tela de televisão e em seu suporte acrílico.

Como estes acontecimentos, seria possível elencar-se infinitamente momentos em que o repisado bordão *cenar lamentáveis* foi utilizado como interpretação de algo que seria, em essência, desviante do contexto *normal* em que se desenrolaria o jogo de futebol. Jogadores a agredir torcedores, árbitros ou outros jogadores são, na mesma intensidade, louvados – como demonstração de *raça* e amor à camisa – e execrados – como prova de irracionalidade e destempero – todos os dias em comentários de vídeos, jornais esportivos ou conversas de bar que, independentemente da opinião de quem esteja a interpretar estas imagens, as reproduz incessantemente. A interpretação moral da violência parece inverter de polo com uma facilidade assombrosa entre aqueles que vivem ou perpassam o jogo, indicando que algo neste conceito carece, de saída, de qualquer tipo de fixidez ou coerência óbvia.

Penso no momento mais próximo de Sófocles que o futebol já produziu: a cabeçada de Zidane contra Materazzi na final da Copa da Mundo de 2006. Zidane, baluarte da contenção, da graça e da técnica, tinha, naquele França x Itália, a chance de coroar sua carreira com um final apoteótico, daqueles pessimamente roteirizados e previsíveis, mas que ainda assim emocionariam a todos os espectadores: ganhar uma Copa como capitão e estrela em sua última partida oficial como jogador. Quando tudo se encaminhava para isso – todos sabem – desvelou-se o pano da tragédia grega e de seu *pathos*, com o atleta francês atingindo com a cabeça – sem sujar-se ou sem fazer movimentos bruscos, exatamente como era sua forma de jogar – o zagueiro italiano que supostamente havia ofendido sua família. Zidane, naquele instante de violência, abdicou da limpeza do discurso sobre seu futebol, desistiu na narrativa ascendente, passou – aos olhos dos europeus – uma vez mais de francês a franco-argelino, na genealogia negativa

das guerras coloniais que sustentam a triunfal Marselhesa tão louvada antes dos jogos de sua seleção.

O ato violento e sua consequente punição imediata – isto é, a tentativa que a lei encarna de reinstaurar a regularidade – foram o desfecho inesperado e catastrófico para os tecnocratas do futebol que, ansiosos, esperavam para louvar o empenho e o trabalho duro de Zidane, sua moral inviolável como seu semblante, seu mérito a ser colhido como fruto natural de uma vida simples. Houve então quem tentasse inserir o ato de agressão na mesma linha sustentada até então, louvando – mais uma vez – a moral de Zidane como um espaço em que não haveria concessão à injustiça contra os seus; houve, por outro lado, quem imediatamente descartasse tudo aquilo que até então tinha proferido sobre o jogador, o condenando por sua irresponsabilidade e por jogar fora o sonho de uma nação. De lado a lado, dois pressupostos sobre a violência que parecem resumir a maneira como ela é tratada com relação ao jogo.

Há uma linha crítica comum que parece observar os instantes de violência como uma série de atos isolados que, sem nenhuma explicação, não cessam de se repetir indefinidamente. Está o discurso em que se separa o joio do trigo, aponta-se os *vândalos* e os *criminosos* (que deixam, imediatamente, de ser torcedores), pede-se por controle sobre quem acessa os estádios, exige-se reconhecimento facial, fim das organizadas e torcida única, dentre outras medidas de enorme apelo junto à chamada opinião pública – que nada mais é que a tentativa da democracia por consenso.

Deitada em uma cama eugenista e elitista, esse tipo de discurso assume que violência não pertenceria propriamente ao futebol, mas seria levada a este mundo por aquelas pessoas que encarnam os vícios sociais em si, e que, portanto, deveriam ser afastadas daquele mundo. No cerne dessa opinião, está a ideia de que o futebol *refletiria* o mundo real, mas que esse mundo deveria ser mediado – por agentes, entidades, forças políticas – para que não se pronunciasse em campo. Mesmo um jogador que cometa um ato violento – que não ageria como jogador, mas como *vândalo* – deveria ser prontamente afastado daquele espaço pela figura que, ali, se pronuncia como portador de uma voz mediadora e racional – a ponto não se mostrar jamais como uma figura pública, não se justificando jamais sobre suas decisões.

Já em uma linha crítica oposta, vem a ideia de que a violência é uma das finalidades do futebol. Neste tipo de discurso, o futebol exigiria um grau de

sociabilidade pautado no contato bruto, na *raça*, na supressão do corpo do outro, na defesa de uma animalidade que irrompesse em apelidos, menções, louvações, em uma moral heráldica. Neste campo de ideias, *o violento* seria aquilo que asseguraria o futebol como um local defendido *a priori* dos questionamentos sobre seu campo de existência e seus princípios: deve-se ser masculino, e ponto. E ser masculino significa, na prática, ser violento, ser antidialético, não contestar jamais sua própria posição de enunciação.

Este discurso e suas históricas reverberações parecem ter sido completamente ignorados por grande parte daqueles que sustentam o discurso anterior, e que não compreendem que, para muitas pessoas, afastar a violência do futebol significaria a destruição do princípio e do fim do jogo: assim, uma solução estúpida e cínica como a torcida única tem como objetivo apenas tirar a violência do campo de visão daqueles que encarnam o normal, desconsiderando justamente que o evento futebolístico não é interpretado da mesma maneira por todas as pessoas, e que ele causará violência pelo simples fato de existir como evento – em alguns casos, seja por quem pratica ou por onde pratica, essa violência é apenas tolerável ou, até mesmo, desejada, caso atinja os alvos corretos.

Está claro, no fim das contas, que sim: ou o futebol é a violência ou a violência é o futebol: *isto você decide, o resto só coincide*, citando aqui os Racionais. Por isso, a observação das maneiras como a lei tenta pautar o jogo deveria levar a uma busca das complexas mediações entra as formas de subjetivação que ocorrem dentro e fora do campo: o que é ser violento afinal? Uma *personalidade violenta* se manifestaria igualmente em todos os âmbitos? A permissividade sobre a violência varia de um ambiente a outro? Por quê? (E etc, etc, infinitamente etc.)

Por isso, esta primeira conclusão pede uma revisão de princípios, isto é, refazer uma pergunta que o óbvio ainda mascara. A violência é vista normalmente como a irrupção de um gesto que nega a sociabilidade, que tensiona a régua do normal em direção ao absurdo, que no fim das contas retroalimenta os princípios que determinam esse gesto como violência. Ela está, portanto, do lado de fora do aceitável, das formas de reconhecimento tidas como válidas em determinado contexto: e por isso sua punição tem sido sempre a exclusão do convívio com o normal. Esta declaração de princípios, que embasa os dois discursos aqui citados – um que pede que se quebre de vez a tensão,

outro que pede que se tensione permanentemente – desconsidera como o contexto é, ele próprio, o criador da violência como rótulo, e dos termos de sua aceitabilidade.

Quando, em um famoso Palmeiras x Santos, o *potente* zagueiro Domingos entra em campo para causar a expulsão de Diego Sousa após 2 minutos – culminando-se em uma rasteira do jogador palmeirense contra o santista – pode-se falar *em absoluto* em um ato de violência? A pergunta parece estúpida diante da cena bisonha, mas, quando se pensa que ali houve a utilização de uma estratégia tão prevista no jogo quanto o drible – é possível, como Suárez contra Gana, trocar um gol por uma exclusão –, o ato violento torna-se parte prevista pela lei, com a qual treinadores e jogadores convivem e, mais do que isso, manejam a seu favor a cada vez que *matam* uma jogada. A rasteira de Diego Sousa, se dada em Domingos do lado de fora do estádio ou fosse praticada por um torcedor contra outro, levaria talvez a um processo com a alegação de lesão corporal, ou a uma resposta policial imediata: dentro de campo, contudo, uma lei, que se sobredetermina à outra, cria uma exclusão prevista e insere a violência no campo do aceitável e estratégico. A violência é contextual.

Mais do que isso, a violência é um teor. Por isso, para se entender de que maneira seria possível haver, paradoxalmente, milhões de atos violentos isolados é preciso se acabar com a divisão abrupta e *a priori* entre *vândalo* e *torcedor* – afinal, a agressão nunca existe a despeito do futebol, mas por sua causa e em seus termos – e ver que a distância entre violento e não-violento está apenas na régua da interpretação de um gesto, que será sempre arbitrária – como é a diferença entre os cartões amarelo e vermelho, que leva a discussões em geral inconclusivas sobre a posição, intensidade, direção, intencionalidade e contexto de uma falta, por exemplo. É preciso entender-se, portanto, que *violência* é um significante sob disputa, e que esta disputa é aquela que se dá entre o aceitável e o inaceitável em determinada moral.

Quando um árbitro dá um cartão amarelo para Neymar por um chapéu, ele entende que, de alguma maneira, o atacante cometeu um gesto de violência – mas se este chapéu terminasse em gol, ele não entenderia assim. Quando um jogador tira a camisa na comemoração de um gol e é advertido, existe alguém que concebe naquele gesto um verdadeiro atentado aos patrocinadores que pagam um alto valor para estar em evidência, tendo ali negado um *natural* direito. Quando o gol de bicicleta de Mazzola é anulado em 1958, alguém também pensou que o absurdo daquele movimento seria o

mesmo absurdo da violência que fere as regras do aceitável. O violento é, portanto, o que escapa ao discurso, assim como o discurso da lei reage firmemente àquilo que o deixou, por um instante, sem palavras.

Zidane cabeceia Materazzi, cai a imagem, retorna o real daquilo que não se explica em si mesmo (*o que foi aquilo?*), o gesto que desafia a relação de causa e consequência (*por que ele fez isso?*) e provoca uma reação legal (*vejamos o que o juiz vai fazer*).

Por isso – como um indicativo para uma ideia de jogo por vir – mais produtivo do que tentar isolar os focos da agressão é tentar entender quais são seus termos, e como o futebol os encarna, priva ou favorece. A violência é o contraditório, e só existe porque pretende sê-lo: e responder o contraditório com um discurso linear é, na prática, induzir a mais e mais contraditório. As emboscadas de torcedores na estrada, em seus mortos e feridos, *são* o futebol e *são* a sociedade em relação, *são* o jogo dobrando-se sobre si mesmo e se ressitando diante daqueles que o fabricam como algo permanentemente em diferença: se o futebol mobilizou aquele atos, como mobilizará outros que virão, é porque sua matriz ética e moral estava ali disponível em jogo *como teor a ser mobilizado*: a atração pelas imagens da violência é, por isso, o par ideal do repúdio que essas imagens parecem causar. O gol é, à sua medida, a violência que um time insiste em cometer contra outro.

12. Melancolia de time

Meu chapa, a gente não quer mais ouvir isso. E foi então que desisti de levar meu CD dos Doces Bárbaros para a van que me deixava na escola, aos meus 9 ou 10 anos. Não me feriu propriamente o pedido da ajudante da motorista porque, desde que havia ganhado de meu avô o disco, eu já havia obrigado meus amigos a apreciar - *o ouvido não tem pálpebras* - a voz de Bethânia, Caetano, Gal e Gil pelo menos duas vezes por semana, indefectivelmente ao longo de mais ou menos dois meses. Mas ora, não pense que estou aqui lidando com *Pé Quente Cabeça Fria* ou *Eu te Amo*, tampouco imagine que este que vos escreve era uma criança prodígio de bom gosto e aqui faz uma narrativa de formação: meu CD dizia respeito não a canções brasileiras clássicas, mas, unicamente, a interpretações do hino do Esporte Clube Bahia feitas pelos artistas. De fato, nem todo clube pode se gabar de ter um apoio tão significativo em seus quadros, mas a única questão para mim naquele momento era mostrar aos demais meninos como aquele presente me era querido, tanto quanto o meu time – que quase ninguém conhecia por aqui, ao menos dentre os da minha idade. Colocando nestes termos, sei que a questão parece, no mínimo, ridícula; no entanto, sendo-o ou não, posso dizer que é este o primeiro momento que guardo em mim de uma explícita defesa de uma identidade, sendo meu time talvez a única trincheira que aqui, ainda, vá lá, sustente suas posições firmes até hoje.

Se Judith Butler fosse brasileira - ou pelo menos europeia - teria certamente dedicado algumas páginas de sua enorme obra à questão da *assunção* do time de coração. A citação não é gratuita. Pensando em um texto como *Identificação Recusada*, há uma série de nexos entre o que o a autora chama de *melancolia de gênero* e o que poderíamos chamar de *melancolia de time*. Nós naturalizamos nosso gênero como uma condição intrínseca a nossos corpos – a ponto de a própria cena edípica freudiana já se desenhar a partir de uma relação barrada entre gêneros distintos – não havendo tempo ou espaço na sociedade para se *prantear* a enorme perda que é a fixação de algo que a grande maioria das pessoas carregará pelo resto da vida: a impossibilidade de ter certas condutas, de desejar certas pessoas, de assumir certos comportamentos. Um processo análogo ocorre na identificação com time, quando se gesta um luto duradouro e jamais elaborado, que retorna em forma de violência e de derrisão ao outro - vide nossos estádios -, e produz uma dor que jamais conhecemos verdadeiramente ao longo da vida, por sequer ter a possibilidade de ser chamada de dor.

Por que torcemos para um time e não para outro? Ou melhor, por que amamos um time e não podemos amar a nenhum outro? Note-se como esta perda imensa sequer é cogitada como perda, e como pode soar para muitos como um falseamento do que seria o *verdadeiro* futebol: a dedicação cega e apaixonada por uma instituição, a defesa muitas vezes arbitrária de suas condutas e da conduta de seus adeptos, sejam elas eticamente boas ou não para nós: sabemos até excessivamente como muitas vezes o futebol cataliza comportamentos agressivos ou de ódio por aquele que, simplesmente, cometeu o crime de ser *outro*. Note que a semelhança entre gênero e futebol não é nada arbitrária também neste sentido.

A questão inicial - literalmente inicial - é: por que torcemos para o time que torcemos? Confesso que sou descrente de que nascemos amando este time e não aquele, como não nascemos tendo esta ou aquela religião, esta ou aquela opção sexual, este ou aquele gênero. Nós apenas nos defendemos com uma narrativa que dê um sentido ascendente a tudo. Um exercício de catábase ou de anagnose - uma descida a nossos infernos - resolveria facilmente esta questão: sim, algo nos leva a amar um time, seja por osmose, seja por negação, seja por admiração, seja por um único acontecimento incontornável e talvez aleatório. Amar um time de futebol nunca é apenas amar um time de futebol. É amar um momento, uma filiação, uma ideologia, uma sensação: é dilatar no tempo algo que seria irremediavelmente passado, que estaria fadado a perder-se ou evaporar diante da infinidade de acontecimentos de nossas vidas.

O time-do-coração - assim como o gênero, a nacionalidade, a religião - simboliza uma possibilidade de estabilização do sentido de nossas experiências, um elemento que escolhemos como determinante de muitos outros, de comportamentos e de atos: algo que facilita nossa visão sobre o mundo, e que nos dá explicações sobre o que somos e como agimos. O problema é quando esta estabilização é assumida como um dado da realidade ou da natureza, como uma predisposição ou um *a priori* que justifica preconceitos tolos, refutações frouxas, desconhecimento forçado. O gênero e o time-do-coração são oriundos de uma determinada construção pessoal e histórica, e deveriam ser vistos desta maneira caso estivéssemos dispostos a - quem sabe um dia - tentar não odiar o outro ao constatar que ele fatalmente seguirá existindo, não importa o que façamos.

Por isso, uma relação com o time de futebol que baseie numa busca sobre a

historicidade de nossa filiação será - assim como deveria ser com o gênero, com a religião, com a ideologia - uma maneira de ver-se sempre em contexto, de elaborar sempre esta melancolia que é *não torcer* para todos os times da mesma maneira como torcemos para nosso time-do-coração. Acredito que o corintiano que sabe o valor de Ademir da Guia, a sobrenaturalidade de Friedenreich ou a supremacia histórica de Pelé, da mesma maneira como distingue a classe de Sócrates e a fúria de Neto, tem uma relação muito mais complexa com seu time e com o futebol do que aquele que tende a ver como inimigo tudo que se pareça com um outro, inclusive a si próprio em determinados comportamentos e ideias que transitem. Não é à toa futebol que homofobia andam de braços dados nos quatro cantos do mundo: é um mesmo processo de absoluta entrega aos desejos e demandas de uma instituição socialmente construída - que muitas vezes assumimos como absoluta, como portadora da Verdade e da Beleza - o que conduz à violência e à incompreensão de onde estes valores *não* estariam, ou quem ameaçaria a integralidade dos nossos. Daí a necessidade de vermos como estamos sempre diante de limites, de lugares que não são essencialmente nossos, mas que assumimos - por algum motivo, em algum momento - como sendo, os encarnando.

Hoje entendo que aquele CD - que evidentemente ainda guardo aqui - marca minha primeira possibilidade de real pertencimento a uma família, a um grupo social. Filiação que sempre é ostensiva, que precisa do crivo dos outros, de sua aprovação ou negação para se sustentar como fato de realidade. O menino, ali, nos anos idos, precisava construir as bases de quem ele tentava ser; hoje, elas fincadas em memórias e experiências muito diversas, basta apenas frequentá-las. Sei que o Bahia não é o melhor time do mundo, como sei que são invejáveis os 4 gols de Índio em um único jogo e a crença cega dos pernambucanos em seu título de 87. Sei, sobretudo, que tudo que sou, eu poderia - fosse outro o mundo, fossem outros os dias - não ser. Calhou de ser assim, calhei de ganhar aquele disco, e de nascer naquele estado, e de amar a quem amei, e de escrever agora estas palavras como um pranto. A única certeza é que este processo está longe de acabar. E que me perdoem os pobres colegas de van que tiveram que, naqueles meses, escutar a mesma música na voz dos Doces Bárbaros.

13. Pé

O que ele quer é pé, é isso que ele quer.

É particularmente interessante o ímpeto de algumas torcidas, estádios ou países em viver o futebol *de pé*. À diferença dos grandes centros do esporte alegadamente civilizado, nas regiões mais para baixo do globo as cadeiras e assentos parecem se tornar meros detalhes ou empecilhos para uma experiência completa do que significa estar realmente próximo a seu time: o esforço físico, em países como Argentina, Turquia ou Grécia, é *dividido* entre aqueles que estão dentro e fora de campo – algo que o período pandêmico pareceu escancarar como instante de verdade de um esporte que foi, a fórceps, ali reinventado.

Em verdade, o futebol parece ser o único dos esportes de massa que constantemente convida seu público a colocar-se na mesma postura que seus atletas, isto é, sustentar-se em seus pés – caso os códigos e burocracias o permitam, é claro. Assim como os jogadores, os torcedores no futebol são convocados ao desgaste físico ao pular, ficar *em pé* em tribunas ou se arremessar uns contra os outros para compor um grau a mais à exigência que o jogo faz ao corpo como presença. Esta exigência parece ter sido inerente à formação das torcidas ao redor do jogo, como imagens antigas parecem aclarar: naquelas pessoas *de pé* e alinhadamente vestidas nos anos 30, 40 ou 50 ressoa uma espécie de potência pronta a irradiar no advento da Geral em anos subsequentes. E é esta potência que, afinal, foi (deliberadamente) contida com a arenização dos estádios, que promoveu justamente como diferencial o *conforto* como parte da vida do futebol: a arena diferencia-se do estádio essencialmente na convocação do público a sentar-se em silêncio, salvo nas regiões em que se permita – ou não se proíba – algo distinto.

A mudança estrutural nos estádios compõe, assim – e este é afinal o argumento deste texto –, um movimento amplo ao redor do futebol que resulta e parte da abstração do corpo, ou, mais precisamente, do *pé* como local essencial a este esporte, por mais estúpido que isso possa soar.

Partamos uma vez mais, e do princípio – nas duas acepções da palavra. Se pensarmos praticamente, o sucesso do futebol como esporte é algo absolutamente antinatural na genealogia das criações modernas do homem: ele é o único dos inventos

contemporâneos de alcance global que parece ainda deslocar seu principal eixo *da cabeça aos pés*. O que os meios de transporte velozes, a informática em geral, o agronegócio, a urbanização das cidades ou o entretenimento como fetiche fizeram ao longo do século XX foi, justamente, um esforço para transformar a vida em metaesquemas abstratos e lógicos, deixando seus experienciadores – diríamos, distraídos, sujeitos – na mais confortável posição para uma imersão completa, que decomponha os termos conflituosos do real. Este é um processo de domesticação do corpo, resultando, afinal, no conforto daquilo que pretende apartar o homem de sua própria materialidade: calçados contra o chão, janelas contra a paisagem, cadeiras contra as pernas, ideias contra afecção.

E nada disso é o futebol em seus meios e princípios. Contra o monopólio do *polegar opositor altamente desenvolvido* que possibilitou que o ser-humano pretensamente triunfasse sobre os objetos, o pé se mostra no futebol como algo a ser constantemente pensado, já que sua domesticação – sua *sapatização*, se me permite – o transformou em um simples pedestal do homem moderno – e quem já tentou jogar futebol sabe que a causalidade entre ideia e execução é, quando se trata do pé, uma larga distância. Como um local em que a verdade deste processo se revela contra a farsa do discurso, crianças seguem a perder o tampão do dedo em pedras na rua, estrelas milionárias jogam pênaltis no espaço, zagueiros aguerridos empurram a bola contra as próprias redes, e aos grandes passes diz-se que parecem ter sido feitos *com a mão*: a popularização do futebol parece ser consequência de um desrecalque dos baixos corporais, neste caso os mais baixos possíveis. E o pé, em sua anatomia cerceada, é um símbolo de como os corpos são resultantes de processos sociais, não existindo antes deles, mas sendo moldados ao longo de sua execução.

Seria possível contar a história do futebol a partir de uma história dos pés, na tensa relação entre sua abstração e sua revelação súbita em contextos os mais diversos. O tatiquês, por exemplo, é uma maneira de transformar o insondável do jogo em dado a ser computado, sendo o corpo um simples meio para um fim. Já as chuteiras são tecnológicas, coloridas, caras e complexas, mas parecem ter feito este nó justamente para que se tornassem, neste ponto do século XXI, o mais leves e aderentes ao pé quanto seja possível – isto é, deixando a maior sensação ao jogador de que ele, como quando começou a jogar na infância, está de fato descalço.

(Se a metáfora central das línguas e religiões ocidentais é a da ascese – o subir para vencer ou se salvar do que está abaixo, do que é o limbo ou o inferno – o pé retoma a ideia de que a vida humana funda-se, literalmente, no chão – algo que o axé e os pés de Exu parecem ter entendido há muitos em nossas religiões de matriz africana, nas quais o solo é um ponto pivotante e permeável entre futuro, presente e passado. Nitidamente, o futebol está bem mais perto, em sua gestualidade, desta última genealogia).

O futebol pauta-se, portanto, em movimentos nos quais se deveria tentar esconder, na visão de alguns, aquilo que aparentemente o negaria: sua ligação com o risco, com o ruído. O que se vê no esforço de transformar os campos de várzea das periferias em experiências *sintéticas* é um duplo do esforço em disfarçar a própria existência dos pés, ao mesmo tempo em que o jogo só é, paradoxalmente, permitido *por meio* deles: como se a lei precisasse esconder a si mesma para que ninguém encontrasse as falhas constitutivas a seu texto – falhas que afinal são apenas a admissão de que existe um real, e de que nenhum sistema é fechado em si. A experiência da várzea – que se constituía até então não só no jogo, mas no conhecimento das imperfeições, qualidades e características do campo – tem se nivelado a partir da planificação e artificialização que transformam (ou gostariam de transformar) todo jogo em uma variação abstrata do mesmo – justamente como fazem aqueles que enxergam uma partida em conceitos numéricos e pré-formados.

Mas o que os pés desmentem ao contato do solo – e que, sabe-se, é o que faz com que o terrão seja uma instituição formadora mesmo em times grandes – é o intento de abarcar o jogo em uma ideia ou em um sistema ideológico. Jogar ou torcer significa não presenciar, realizar ou agir, mas simplesmente *estar* – isto é, como um meio sem fim, mostrar-se vivo e suscetível: e lembre-se que *estar* significa, originalmente, na Língua Portuguesa, erguer-se, levantar-se: e nisto não há gratuidade alguma. O futebol é um jogo dos pés, e isso significa ser um jogo pautado na dúvida, na equivocidade controlada, no desconforto da zona indomesticável do ser-humano: a graça do jogo é, justamente, situar o baixo-corporal no centro da cena e da lei, e vê-lo esbarrar-se em si mesmo.

O que o video-game, a arena, o gramado artificial ou o pay-per-view encarnam é, na prática, o sonho de se fabricar um futebol sem corpo: um sonho que emerge do

mesmo solo – do mesmo ar, em verdade – que criou o trabalho sem presença, o dinheiro sem lastro e o valor puramente especulativo, espriado em algum tipo de infinito ruim. Por isso, contra a pretensa grandiosidade daquilo que tentar nos convencer que é *tudo*, é necessário que mantenhamos os pés no chão.

Para Ingold.

14. Mas se deus é por nós

Há um ditado corrente no mundo do futebol, geralmente usado de forma depreciativa, que diz que *se mandinga ganhasse jogo, o campeonato baiano acabaria sempre empatado*. Mesmo com a conotação da frase - o que significa *mandinga* nesse contexto? O que essa palavra invoca? -, o fato é que existe ali um ponto de verdade: a relação entre futebol e sagrado passa por inúmeros planos e contradições permeando e complexificando o jogo. Isso é algo que diz muito sobre a forma como se desenha a própria posição da crença dentro de sociedades como a brasileira, na maneira como os sistemas sociais são afetados pelo ato de *crer*, aqui nunca afastado de outros verbos como *ser*, *poder* ou *ter*.

A cena inicial deste texto pode ser encontrada facilmente na internet: na final do campeonato brasileiro de 1988, um enorme ebó foi erguido em Porto Alegre à porta do vestiário do Bahia - que, naturalmente, contava com um [pai de santo](#) apto a desativar suas propriedades. Havia um ali, portanto, uma ideia de que o jogo estaria também pautado no campo do divino, onde os baianos levariam natural vantagem - Salvador é, afinal, assentada em nome de Exu -, devendo portanto ser surpreendidos pela astúcia dos gaúchos, como a provar que a final, em nenhum dos planos, estava ganha. Muito longe de um fato isolado, a presença de rituais místicos e sagrados como impedidores ou motivadores para acontecimentos é, ainda hoje, uma necessidade para vários times e grupos que institucionalizaram a *mandinga* como meio de se obter triunfos ou acabar com séries azaradas.

Sapos enterrados em estádios, o azar por uma partida inacabada, a mudança de localização que encerra ciclos vitoriosos, determinado uniforme que impede que gols aconteçam, jogadores que precisam ser rezados para endireitar os pés: não é preciso muito esforço para se ver que, para além do campo do institucionalmente religioso, o futebol dá margem para súbitas mitologias, superstições de última hora, relações sempre imediatas entre acontecimentos e entidades. Parece haver, portanto, uma necessidade de se preencher com algum tipo de motivação ou causalidade o espaço simbólico daquilo que, no jogo, se mostra como absoluta gratuidade ou acaso em seu real: algo que permeia, é claro, da política partidária à necessidade de não se pisar em frestas e rachaduras, os mais diversos *campos* da vida social.

No entanto, o futebol é *efetivamente* estruturado no caos destes entre-espaços que existem entre um ato e sua interpretação: ele é um jogo coberto de explicações subterrâneas e de acontecimentos que são *de fato* inexplicáveis sob o ponto do pretensamente racional - do Brasil de 82 à saída do San Lorenzo do Boedo, da fila histórica do Corinthians às finais perdidas por Marta e Formiga, dos 3 vices do América de Cali (causados, é claro, pelo diabo que está no escudo) até os rebaixamentos da Portuguesa. A relação entre necessidade e gratuidade está em jogo, a todo o momento, no futebol: uma coisa é puro acaso até o momento em que não tinha como se dar de outra forma: nada é mais óbvio do que aquilo que não faz aparentemente o menor sentido, posto que pode ser preenchido por tudo.

Mas, nessa digressão um tanto quanto mole, torna-se muito interessante pensar o lugar que as religiões cristãs ocupam nesta ecologia do sagrado. Considerando-se que, hoje, sobretudo a partir da matriz neopentecostal, tem-se um discurso em que o religioso está atrelado a uma ética individualista, podemos dizer - na melhor das hipóteses - que o futebol coloca algum tipo de complicação para deus. *Não fui eu, foi deus*, dedos para o céu e joelhos ao chão: o futebol parece ser, hoje, o esporte dos escolhidos, isto é, daqueles que foram eleitos para passar ilesos pelos mares de pragas e tormentas e fazer uma ou duas assistências depois. Claro, é cômico pensar que, muitas vezes, os eleitos acabam fazendo gols contra os mesmo eleitos, desferindo cotoveladas e prejudicando-se uns aos outros, algo que - aparentemente - não cria nenhuma forma de paradoxo ao pensamento que atrela o maior engajamento ao divino ao maior grau de sucesso individual, profissional e financeiro de determinada pessoa.

Essa relação só mostra como a chamada meritocracia de deus - isto é, a ideia de que uma pessoa tem sucesso em sua vida *porque* seguiu à risca a cartilha cristã - tornou-se uma ética de vida que, também no futebol, encontra campo para criar-se. Estamos falando, afinal, do país em que existem as facções de cristo, dentro das quais os indivíduos se comunicam por meio de versículos, destroem terreiros e políam costumes em nome *do bem*. Ao se lançar os termos da vida social - e, portanto, também do jogo - às formas da dicotomia bem/mal e do merecimento individual, o que temos vivenciado é um achatamento no plano de experiência coletivo, reduzido a uma espécie de performance autoegóica em que é necessário crer, a todo o momento, que *se é digno*

do que se é - sendo o outro, portanto, igualmente digno, é claro, só *um pouco* menos do que você.

Está claro que, no caso do futebol, este pensamento individualista faz com que se lancem juízos morais de toda ordem a jogadores como Maradona, Ronaldinho ou Garrincha, isto é, àqueles que conseguiram quase tudo em suas vidas mesmo *não o tendo merecido*. Naturalmente, este discurso crê conseguir explicar com muita facilidade como esses jogadores tiveram carreiras abreviadas e atribuladas: não seguiram à risca a cartilha, desperdiçaram o dom divino que lhes foi concedido, preferiram a noite, as mulheres, a bebida, etc. Na atual geração que cresceu com duas estrelas pautadas na discrição (muito mais para Messi), na repetição e no trabalho, nunca pareceu fazer tanto sentido esse tipo de discurso: como se, diante de dois exemplos que provam a regra, todas as inumeráveis exceções fossem necessárias.

O esvaziamento do discurso que liga o futebol ao merecimento divino parece ser, contudo, limitado pelo próprio jogo. De volta ao vazio simbólico que o acaso e caos propõem à causalidade linear - já que *efetivamente* pode perder quem mereceu, pode vencer quem não mexeu um dedo, pode sobrar uma bola para o menino da base, pode se lesionar gravemente o craque amado pelas multidões, etc - parece fazer muito mais sentido - ético mesmo, mas também lógico - acreditar nas forças místicas de uma galinha sangrada do que na vontade divina que faz valer seu nome a partir de qualquer direito natural. Como nos movimentos simultâneos que impulsionam o jogo, nenhum eixo unívoca se sustenta diante de um campo de futebol.

A bola escolhe os escolhidos, e isso parece ser uma verdade de uma dureza quase lacaniana (o *real* do futebol é a bola, digamos). Obviamente existe o trabalho diário, a tática, a virtude: mas existe aquilo que está além e/ou aquém da intenção. Chame-se isso de sorte, de mandinga ou de acaso, estamos diante de um espaço imoralizável, de algo que não promete nada além do que entrega, que não retribui nenhum gesto. Mais do que um componente a mais do futebol, isto é o lugar em que ele efetivamente se estrutura, este é o seu teor. Entre dois eventos prováveis no futebol existe não uma causação ou uma moral, mas todo um esquema impossível e indizível entre coisas que são e que poderiam não ter sido. Neste espaço, situemos toda a mandinga, a zica, o azar, a maldição, a sorte, a iluminação ou qualquer outro termo que escolhamos para dar uma forma provisória ao interdito.

Encerrando este texto com outra anedota do futebol baiano, existe um áudio que circulou muito em que se dizia que o Bahia (infelizmente este é meu porto) deveria *voltar a ser macumbeiro*. Esta fala, para além de conter a ideia de que um time que teve personagens como Lourinho tem uma verdadeira tradição entre os orixás, parece dizer algo um tanto mais profundo: é preciso voltar a encarar o futebol como um embate infinito com o sagrado, é preciso assumir que existe muita coisa que escapa do merecimento e da explicação moral, da divisão entre os justos e os injustos. Cada bola na trave é, e seguirá sendo, uma lição sobre tudo isso.

15. Alianças demoníacas

Talvez uma das grandes lições da antropologia ao mundo ocidental seja aquela que versa sobre a fragilidade dos conceitos convencionais de família e filiação. Assim como a raça, o sexo, o gênero e outros constructos cuja administração é tão cara a uma agenda conservadora - cujo grande argumento é justamente o fato de que essas relações ou formas seriam *naturais* -, a defesa da família assume-se como a necessidade de se estabelecer linhagens, isto é, genealogias e separações em que as posições em jogo estejam determinadas *antes* de tudo que possa se dar. E que, é claro, não sejam reatualizadas, sequer havendo esta hipótese.

Diante do sonho das revoluções burguesas em acabar com a constância das linhagens - naquilo em que significavam controle indefinido da ordem social -, foram estabelecidas (ou melhor, reafirmadas) outras formas de hereditariedade e posse por meio da herança, inventando-se uma espécie de espaço vazio entre natureza e cultura, como um terreno baldio (comodamente) do não pensável. *Uma mulher é uma mulher; um homem preto é um homem preto; uma família é uma família.* Em uma sociedade em que enunciados tautológicos prevalecem - como a buscar um limite real para a extensão da linguagem -, as coisas simplesmente *são porque têm sido*.

A família, assim, não é tida como uma coisa social (pois uma pessoa já nasceria biologicamente inserida nela) e tampouco como algo natural (posto que vegetais, planícies ou animais não teriam família, mesmo inevitavelmente... nascendo). Tem-se, portanto, um conceito que, mais do que precise ser readequado para caber em alguma definição coerente de natureza ou cultura, revela justamente a fragilidade desta oposição: quando se faz necessário um grande número de concessões e interditos, você está diante de um caminho sem saída.

*

Há dois discursos correntes – antagônicos mas estranhamente parecidos – que versam sobre o modo de inserção da pessoa na massa futebolística.

Um primeiro diz que em um estádio de futebol é possível encontrar-se com pessoas de "todas as classes, raças, ideologias", em uma espécie de conciliação absoluta ou mito democrático. Neste discurso - que, inclusive, recentemente ouvi em um debate

de direitistas sobre a atual gestão do Esporte Clube Bahia - a ideia é de que o futebol é um terreno que não promoveria a identificação, mas a perda de predicções. No futebol, portanto, você deixaria de ser quem você é - na infinidade de particularidades segregadoras - para integrar-se à massa em um tipo de grau zero da experiência social. Subjaz a esta fala, já fica nítido, a ideia que leva à existência de projetos ou instituições como a Escola sem Partido: a concepção do espaço público como campo a-político, folha em branco em que os indivíduos - respeitando-se mutuamente - vivem a si mesmos, no que constituiria afinal *o povo*.

O segundo discurso a ser aqui citado é aquele que vê no futebol um campo *a mais* de identificações, a ser somado a todos os outros que atravessam um sujeito. Nisto está pautada, afinal, a vulgata do pensamento sobre a chamada interseccionalidade, que nada mais seria do que a ideia de que um sujeito seja a soma de seus predicados - tendo, portanto, pouca ou nenhuma autonomia sobre quem *de fato é*, já que seu lugar no mundo está dado de antemão pela forma como nele se situa. Esta visão, que vem de uma leitura muito apressada de determinado estruturalismo francês, compreende então que o futebol é a fonte de um encontro do indivíduo consigo mesmo, um local em que se manifestaria aquilo que ele de fato é - inclusive no próprio ato de estar ali, e da forma como efetivamente está.

Mesmo que simétricas, ambas as leituras parecem apresentar um mesmo problema de base: pensar o indivíduo como grau zero da experiência social, isto é, conceber que o todo seja resumível à soma das partes - e que as partes sejam uma decorrência natural do todo. Na primeira linha, o indivíduo pode (deve) ser separado do social, pois eles em nada coincidem; na segunda, ambos coincidem diretamente em tudo, sendo apenas espelhados. De lado a lado, portanto, o que se tem é uma redução ou uma falsa proporcionalidade: o mundo nunca sairá do lugar, posto que sempre esteve ali.

*

Diante disso, parece interessante voltar à antropologia. Ali, e cá penso sobretudo na leitura de Viveiros de Castro a Lévi-Strauss, mostra-se então uma primeira saída futebolisticamente interessante ao falso dilema de pressupostos iguais.

Olhando para o mundo ameríndio, há uma série de estruturas sociais erguidas na possibilidade relacional entre indivíduos, grupos, não-indivíduos, possíveis-indivíduos, possíveis-grupos (etc) em que a posição que ambas as partes assumem em um contexto é determinante para sua identidade provisória. Torna-se evidente, portanto, o fato de que a estrutura familiar de nossas sociedades é apenas um sistema relacional possível, dentre muitos.

Cito aqui de orelhada e um tanto abstratamente dois breves exemplos de como estamos diante de estruturas que efetivamente nos dizem algo sobre os limites da genealogia familiar. O primeiro remonta ao tão caro enigma da antropofagia: o que está em jogo ali é, afinal, um processo em que, a partir da imersão (literal) no outro, determinado grupo tem em vista aprimorar suas características próprias, tornando *seu* aquilo que até então era *outro*: não se pode pensar, portanto, que exista alguma coisa de *essencial* ou *própria* ao grupo. Com isso, tem-se que as características de indivíduos ou coletividades são conduzidas e moldadas *quase* ao acaso pelo contato que ocorre com outros grupos. O *próprio* é, então, fruto de uma deriva no outro: só há *nós* porque e a partir do *eles*.

O outro exemplo está na chamada dinâmica de predação, em que a caça a determinado animal (em determinado grupo) torna-se uma situação limite de perda e aquisição de características. Estar diante de um animal é estar suscetível a uma maneira distinta de ser visto: a onça pode ser o outro do homem, mas o homem não é necessariamente o outro da onça, posto que seu sistema de relações com o mundo e com o corpo é radicalmente distinto. Caçar é, portanto, também ser caçado: isto envolve um jogo duríssimo em ceder ou não ceder sua posição, seu corpo ao outro.

Contadas aqui de forma breve (e insuficiente, convenhamos) estas duas dinâmicas básicas do mundo ameríndio deixam evidente aquilo que impediu todas as tentativas de domesticação, catequização ou escravização de grupos indígenas: é impossível colocar réguas qualitativas na relação entre pessoas e pessoas, pessoas e coisas, coisas e coisas. Não há um único momento, assim, em que se possam estabilizar identidades: o contexto fará com que elas estejam perpetuamente em negociação, algo que parece impensável em um mundo em que haja qualquer mínima forma de lastro - seja ele a lei, o Estado ou o dinheiro. O *eu* não existe senão como *outro do outro*.

*

Todo este interlúdio para dizer que, distante do nexo familiar, hierático ou hereditário, o futebol (ou ao menos a experiência do futebol) está mais para o mundo ameríndio do que para as sociedades do capital - em suas leituras que tentar ligar o futebol a uma lógica de filiação. A ideia é a seguinte: do jogo à torcida, o futebol é um esporte de posições relacionais, comunidades súbitas, encontros fortuitos e perdas definitivas.

Decerto, por incontáveis vezes cada um de nós presenciou uma situação em um jogo de futebol em que algo *calhou* de acontecer. Há derrotas e triunfos inexplicáveis, há decisões sem nexos, há eventos sem cabimento algum. Todo o esforço de taticizar o jogo - vindo da Europa, como já se falou aqui algumas vezes - surgiu com o intuito de tentar limitar o campo de ação do insondável - o bom e velho Sobrenatural de Almeida. Por que isso se dá ao lume de maneira tão nítida no futebol? Em verdade, este processo parece passar por uma série de características própria ao jogo e já comentadas aqui: o fato de que o jogo de bola com o pé ser extremamente antinatural, a existência de turnos simultâneos de ataque e defesa, o espaçamento inconstante de uma grande quantidade de pessoas (que faz com que individual e coletivo estejam se redeterminando a todo momento), a capacidade de limitação, modulação e quebra do espaço de jogo (algo que a linha de impedimento um dia possibilitou). Esses aspectos mais "estruturais", somados ao primado do drible e da enganação como lei (já falamos disso também) fizeram do futebol um esporte que tende ao caos absoluto, isto é, à perda e reformulação incessantes - e é esta então sua ordem afinal.

Como consequência a esta estrutura do jogo, criou-se ao redor do futebol uma cultura que se poderia chamar de *integração sem familiaridade*, isto é, relações que assumem incessantemente outros polos e valores. Torcer ou simpatizar por um time é uma escolha (ou uma quase-escolha, também já dissemos) que mostra como um *esquema de predicação* da vida social é falho: pense-se, por exemplo, em como é possível encarnar uma gradação de afeto com relação a indivíduos e times, em como há os torcedores que apenas acompanham e aqueles *roxos* que de fato vivem seu time: eles estão dispostos de forma diferente, portanto, diante de um mesmo esquema ou símbolo. Mesmo na vida de uma pessoa, o time-do-coração muda de valor ou importância em determinados contextos e a partir de diversos acontecimentos, que fazem com que ele

ganhe ou perca relevo e importância - e basta ver a relação entre períodos de seca de taças e indicadores de torcida para que se saiba disso.

Sendo assim, tem-se a medida da resposta antropológica do futebol aos esforços em colocá-lo em réguas quantitativas: o jogo é relacional, isto é, é preciso instituir réguas qualitativas para se jogar, pensar ou vivê-lo. Por isso, afinal, a enorme maioria das discussões sobre o futebol é interminável: quem é ídolo e quem não é, quem é melhor que quem, por que algo dá ou deu certo, o quanto faltou para algo ser diferente: todas essas lacunas constitutivas ao jogo que em geral são preenchidas por jargões ou frases feitas (*clássico é clássico e vice-versa, pênalti é loteria, futebol é detalhe/uma caixinha de surpresas*).

O ponto é, portanto: não há espaço para genealogias no futebol, já que se está diante de uma pura experiência de deriva, contextual e relacional. Isto talvez nos devesse ensinar algo sobre o campo político e os movimentos da sociedade contra o Estado, principalmente o fato de que *ninguém é o que é*, de que existe sempre um contínuo entre os polos, de que duas coisas em relação são uma coisa terceira. Diante da hagiografia e do mundo parental, o futebol está muito mais para aliança demoníaca, isto é, para a ideia de ruptura e de provisoriedade. Existe, portanto, um vazio central na experiência do futebol que é, justamente, o local em que o valor de alguma coisa altera-se, muda de identidade: não à toa, mais do que um jogo com bola, o futebol é a arte da ocupação e do esvaziamento de espaços, algo sintetizado de forma mágica pela pedalada e pelo corta-luz, movimentos estéticos-éticos que explicam, melhor do que qualquer um poderia, estes pontos.

Sob o risco de soar lunático ou radical demais, digo que há no futebol uma ideia possível de sociedade em que seja admissível que algo não tenha razão, essência ou causa, mas que tampouco esteja fadado à ausência de regra - o futebol é, afinal, a arte do impossível dentro do possível. Se a família e o nexo hereditário surgem - como um Guardiola no futebol - para tentar limitar ou explicar as posições que um sujeito pode assumir, e se a visão sociológica que tenta se contrapor ao nexo conservador tem feito exatamente o mesmo movimento, só me resta lembrar de quando o insuspeitado Cocada decidiu o campeonato carioca de 1988 com um gol aos 41 do segundo tempo, sendo expulso na comemoração, totalizando 5 minutos em campo ao cabo. Eis como podem surgir os nexos decisivos para algum momento historicamente incontornável: do banco

reservas para o gol, do nada para o algo, do impossível para o necessário. Isto, claro, do ponto de vista do Vasco.

16. Os deuses do futebol

Se existem de fato os chamados *deuses do futebol*, a verdade é que eles odeiam as preces e oferendas. Quando evocados, trazem consigo catástrofes, anticlímax, quase-acontecimentos, negações. Perde-se por causa dos deuses do futebol quando não se pode apontar nenhum culpado: quando [a bola perfeita raspa a trave e sai](#), quando o movimento atlético do goleiro faz com que ele tome o gol, quando o time bem montado perde por uma única bola, quando o mais fraco *quase* consegue uma façanha histórica.

O futebol é um esporte amoral, já o dissemos: seus deuses só podem ser, portanto, também amorais. Quem dirá que o Real Madrid *deveria* ter a história que tem, *deveria* ter triunfado sobre times menores e mais carismáticos? Quem dirá que a seleção brasileira de 1982, ou a esforçada seleção da Croácia, ou o Brasil de Domingos da Guia e Leônidas da Silva, ou o carrossel holandês, ou Marta, Cristiane e Formiga *deveriam* ter perdido suas chances históricas em Copas do Mundo? Quase ninguém, naturalmente, dotado de um senso de justiça ou estética mínimos. Mas os deuses do futebol não querem saber de nada disso.

Ante a goleada suntuosa, os deuses do futebol preferem o [1 a 0 aos 45 do segundo tempo](#). Ante o gol do craque, os deuses preferem o do jogador medíocre. Ante a confluência dos acontecimentos, os deuses querem a fratura e a cisão. Não há narrativas possíveis para eles, não há histórias com começo, meio e fim. A potência não se converte em resultado, nem as causas serão explicação. Adeus à moral cristã: no futebol não se consegue nada simplesmente ao se merecer.

Por isso, os deuses parecem rir sempre que há um empate. Já que, diferentemente dos esportes aristocráticos, o futebol admite plenamente esta possibilidade: mais que isso, ela está dada como posição inicial do jogo. Se os times não se mexerem, se não se submeterem à contingência da bola, o jogo empatará. Este é, portanto, o único sacrifício admitido pelos deuses do futebol: ou você se expõe à catástrofe e ao [caos](#), ou não poderá vencer jamais. Eles, no entanto, não garantem recompensa alguma àquele que está se sacrificando, apenas entregam - displicentemente - uma hipótese nas mãos de quem se dignar.

Muito mais que um panteão de santos, os deuses do futebol desenham-se como uma enorme variedade de Exus. Ante o signo do que é - na rigidez do placar que

condiciona destinos, que sela o movimento em algo acabado e que não condiz em nada com o jogo -, o futebol está erguido sobre o que *poderia ter sido*, o que *será assim que possível*, o que *não foi e nem sequer seria*, o que *haveria de ser*, toda essa multiplicidade de tempos verbais que fazem jus àquele que atira sua pedra pelas fendas do tempo-espaço, fazendo com que ela caia no ontem.

Os deuses do futebol, portanto, riem dos gráficos, estatísticas, discussões sobre pênaltis e mãos na bola. Remediar os ritos é fazê-los ganhar força, como punição: não à toa, Marcelo Bielsa segue sem ganhar um único título, enquanto Di Matteo ou Rijkard trazem consigo algumas das maiores glórias do futebol. Os deuses sabem que é preciso muita coisa explicável para que algo aconteça, da mesma maneira que sabem que é necessário o inexplicável agindo simultaneamente, e no mesmo lugar. O que os deuses do futebol fazem lembrar é que não existe resultado sem corpo, porque o jogo é um objeto situado no encontro turbulento do espaço-tempo - que não cessam de, diferentemente, ser a mesma coisa.

O corpo tem seus exus individuais porque precisa mover-se pelo inexplicável. O futebol tem seus deuses porque precisa existir como dobra na estatística, no resultado, na decisão do árbitro, nos recortes sempre despóticos em que ele se encarcera. Sim, os deuses do futebol preferem as peladas infinitas das ruas, em que ninguém sabe ao certo qual foi o placar, em que ninguém se lembrará tão logo o jogo recomece em outra ocasião: mas os deuses precisam, sobretudo, para se provar certos e vivazes, das grandes finais de Copa, das câmeras em seus zooms, da crença que exista alguma glória. [Os deuses do futebol precisam de música para dançar.](#)

o meu corpo

*(Para Ricardo Aleixo e Aristides de Sousa,
gênios da bola)*

quase duas horas pra ir e quase três para voltar porque zzzzzzzzzzzzz a música a dança os copos as risadas pesavam sim nas pernas mas quando era a noite eu pelo menos não tinha pressa eu podia caminhar cantar no ritmo que eu quisesse ninguém para mandar ninguém pra obrigar dizendo não agora ou rápido caralho ou não tem nada aqui pra você ou você não tá vendo que é pra parar mas e pelas madrugadas responder pra eles e mexer meu corpo e levantar meus braços e girar ao redor de meu eixo como um engenho inútil porque sim porra porque eu queria porque eu podia e porque se eles viviam na minha cabeça era só pra que eu desse uma resposta tão enorme e tão clara que eles não teriam o que fazer que eles teriam que ver que aguentar o meu corpo se jogando no espaço caminhando e parando de caminhar e então correndo e então deixando de correr e como eu era feliz quando eu era feliz o pouco que eu era feliz meu deus eu daria tudo pra voltar praquelas luzes distantes pro vento frio da noite e não importa que nunca valesse as horas torrando ao sol a indiferença boba dos cavalos e aquela gente que via a gente como uns bichos uns fiapos de mato que crescem num piso sem que ninguém tenha regado porque a sorte que deus me deu foi de nunca ter acreditado no que diziam de ter seguido minhas pernas por tantos caminhos campos becos vielas e quantos amigos ainda estão ouvindo as mesmas merdas da boca de outras pessoas sentindo sede e dor nas costas mentindo a idade pela cor dos dentes e com a cara franzida de tentar ver onde é que se escondem as coisas nos quintais cercados do mundo e zzzzzz eu não sei se sou melhor do que eles por estar agora tão distante de suas vidas não sei mesmo quem ganhou ou quem perdeu ou se no verdadeiro jogo só há mesmo duas respostas eu só estou aqui agora porque tapei os ouvidos com toda a força para tentar escutar o chiado que vem de dentro que vem sabe deus da onde esse barulho mesmo que são quarenta setenta mil pessoas juntas lado a lado como ousam as coisas abafar o som desta multidão que vive no lado de dentro e aumentar sua música pra que a gente não ouça não sinta nada além daquilo que parece ser o único corpo oco do mundo quando é só uma simples mentira e zzzzzzzzzzzzzzzzzzz eu não sou melhor do que

ninguém só porque eu me escuto e quem sabe se eles só não estejam agora porque ouviram seu lado de dentro ou porque o melhor seria entregar os pontos mas por deus pelo menos saber contra o que você joga ou qual a regra estão te despejando ou sob quais olhos estão te olhando o paulinho a dedé a ana o jefferson o finado careca o marco antônio não podem estar errados mas eu também sei que não posso pois fui eu que escolhi a escolha e eu sei que isso aqui é o mais perto que se chega de tomar a vida inteira como uma noite daquelas que acabam só pra que no fim da caminhada outra noite faça a vida começar mais veloz mais jovem mais viva nunca nunca chegar em casa deitar um pouco esperar o sol aparecer para nos obrigar a suar em bicas nunca nunca mais e agora talvez eu seja até feliz quando menos perceba mas o que isso quer dizer para os olhos de paulinho dedé ana marco antônio que me procurariam agora e zzzzzzzzz se eu não puder dar uma resposta ou se minha resposta desapontar por ser cara brilhante bela ou por ser frustrante podre real meu deus o que fazer com os sonhos dos outros quando temos as razões secretas do nosso próprio corpo viver para si pode ser o bastante não é muito egoísmo tentar ser feliz meu deus como é difícil não saber ao que você tem direito nesta vida para além da própria vida eu me lembro de como a mãe me cobria de chutes porque sabia que me amava e que não se pode vencer as ruas só escutando sua própria voz no espelho mas em todo canto do mundo estão as regras para nos dizer o que fazer mas em todo canto eu sei há também um ponto surdo mãe em que nós nos escutamos enganamos vivemos invertemos um lado de fora pro lado de dentro o aleatório pro que é divino e o vazio pro corpo que insiste em seguir existindo e zzzzzzzzzzzzzz o marco antônio agora deitado numa cama fria com a boca aberta olhando a tv sem som e talvez se perguntando o que é verdade e o que é mentira nesta vida nunca mais trabalhar marco antônio nunca mais dançar nunca mais virar madrugadas frias marco antônio você que ao menos sobreviveu pra encarnar esta história meu deus como o dia de hoje é minúsculo perto de tudo mas como este momento é eterno por ser o único em que estamos vivendo eu me lembro da lição do careca eu nunca nunca esqueceria onde vivem as cores desta noite e zzzzzzz nada é mais fácil que assumir um time para si e saber quando se ganha e saber quando se perde então escuta que eu falo a verdade absoluta ou se torce para a bola ou se torce pro juiz porque o resto é se enganar ou mentir ou encenar e ora é claro meu amigo que eu escolhi viver pela bola e amar quando ela se desmente quando ela encarna um deus

criando e destruindo escolhendo os escolhidos não perguntando por ninguém mas só com outros se movendo como você pôde morrer tão cedo meu amigo e que desperdício para um corpo se deixar morrer como um cavalo cansado minha mãe ou que nem um bicho de abate meu amigo e porque dar essa liberdade pra que as coisas nos odeiem sob as vozes que gritam ordem são eles que eu sei que torcem pelo juizzzzzzzzz e inventam o lado de fora minhas pernas estão exaustas tortas mas esse cansaço não podia ser melhor agora essa dor de quem passa os dias correndo das leis mornas de soldadinhos da polícia pra que quando nos cerquem eles vejam que nada fizemos que só corremos porque quisemos mas pra quantas pessoas isso mesmo é possível porque aqui eles perseguem mas lá fora eles primeiro atiram o paulinho o zé pedro o carlinhos eles bem sabem disso sabem que não é fácil meu deus não é mesmo fácil ser um pouco bom com o que você deseja se respeitar um pouco mais do que os outros te respeitam porque mudam as vidas e mudam os termos e o barulho desse mundo respirante que me enche por dentro não existe certeza que fique só entre as peles de um sujeito a gente constrói isso tudo juntos uns contra os outros uns pelos outros esse é o verdadeiro jogo e esse é o jogo que vive debaixo da casca do outro é ele que eu quero e é nele que eu acredito quando me lembro quando sinto dor quando deixo que alguém invada um espaço vazio que se forma nas quinas do meu corpo esse é o verdadeiro jogo e zzzzzz enganar as formas ligar os pontos ser operário nessa fábrica de nada ou então colher o que surge nesta fazenda do vazio porque erguer prédios pontes viadutos é tão burro tão imbecil porque nunca irão saber como é difícil moldar o nada dar contorno pro que não existe e é esse sim o jogo jefferson e eu sei que não tenho os seus olhos ou as cifras das suas contas mas é esse o jogo sim e aqui estão os meus dois pés e agora não nos resta além de

Soa o apito. O juiz autoriza.